

FACULDADE LABORO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL

**DAIANNY CORREA ROCHA**  
**NAYLCE GONÇALVES ROCHA**

**PROJETO DE VIDA DOS ADOLESCENTES NO PROGRAMA BRASIL VALE**  
**OURO: Uma análise a partir da Estação Conhecimento de Arari-MA**

São Luís  
2016

**DAIANNY CORREA ROCHA**  
**NAYLCE GONÇALVES ROCHA**

**PROJETO DE VIDA DOS ADOLESCENTES NO PROGRAMA BRASIL VALE**

**OURO: Uma análise a partir da Estação Conhecimento de Arari-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade Laboro para a obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Elinor Alves Gama

São Luís  
2016

Rocha, Daianny Correa

Projeto de vida dos adolescentes no Programa Brasil Vale Ouro: uma análise a partir da Estação Conhecimento de Arari-MA / Daianny Correa Rocha; Naylce Gonçalves Rocha-. São Luís, 2016.

Impresso por computador (fotocópia)

72 f.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade Laboro, como requisito para obtenção do Título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social. - . 2015.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Mônica Elinor Alves Gama

1.Adolescência. 2. Projetos de Vida. 3. Programa Brasil Vale Ouro. I. Título.

CDU 614(81):304

**DAIANNY CORREA ROCHA**  
**NAYLCE GONÇALVES ROCHA**

**PROJETO DE VIDA DOS ADOLESCENTES NO PROGRAMA BRASIL VALE**

**OURO:** Uma análise a partir da Estação Conhecimento de Arari-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade Laboro para a obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Mônica Elinor Alves Gama**  
(Orientadora)

---

Primeiro/a Avaliador/a

---

Segundo/a Avaliador/a

*Dedicamos esse momento  
especial de nossas vidas aos  
nossos pais.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por ter nos dado força, sabedoria, prudência, paciência e discernimento nos momentos difíceis na formação deste trabalho.

Aos nossos pais, por terem nos dado a melhor educação possível, por estarem presentes em todas as dificuldades de nossas vidas. Especialmente as nossas mães queridas, pelo infinito e belo amor dedicado a nós, todos esses anos, nossa eterna gratidão.

Aos nossos irmãos pelas palavras de incentivo, pela constante ajuda e orientação.

As nossas colegas de turma da PPGAS2, pelos momentos agradáveis de convivência, estudo, apoio e orações. E aos demais amigos, nosso obrigada.

A todas as professoras e professores do Curso, por terem partilhado conosco seus conhecimentos.

A Professora Dra. Mônica Gama por ter nos acolhido e pelas suas valiosas contribuições neste trabalho, nosso muito obrigada.

A todos os profissionais da Estação Conhecimento de Arari, pelas discussões que nos ajudaram na formulação do trabalho, pela ética, pela sabedoria compartilhada, pelos livros emprestados e pela sempre educada atenção prestada, o que tornou possível a realização deste trabalho.

Agradecemos a todos os beneficiados da Estação Conhecimento de Arari, que tornam nossos dias mais felizes, arrancando risadas puras e verdadeiras, e que nos fazem acreditar em um mundo com esperanças e oportunidades.

A todos os adolescentes que participaram voluntariamente da nossa pesquisa, e aos adolescentes que sonham, mesmo em situações adversas com um futuro com mais dignidade e com a concretização dos mesmos. Vocês foram nossa maior inspiração.

*“O futuro tem muitos nomes.  
Para os fracos é o inalcançável.  
Para os temerosos o desconhecido.  
Para os valentes é a oportunidade”  
(Victor Hugo)*

## RESUMO

Estudo sobre o projeto de vida dos adolescentes no Programa Brasil Vale Ouro a partir da Estação Conhecimento Arari. Objetiva analisar os resultados alcançados pelo PBVO, buscando perceber suas contribuições e significados para o processo de construção de projetos de vida dos adolescentes participantes. Inicia com um breve resgate sócio-histórico desse processo, desde a construção a concretização dos mesmos. E, diante dessa abordagem, discorre especialmente sobre adolescência, esporte e políticas públicas, dando destaque as suas possibilidades de desenvolvimento. Em seguida, faz a caracterização do município, apresenta o Programa, dando realce aos elementos fundamentais de suas particularidades, contextualiza o campo de pesquisa e caracteriza o perfil de sete adolescentes participantes, tecendo algumas observações, para posteriormente, desvendar seus projetos de vida. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aporte teórico em autores/as e documentos como: Sóller (2006); Carvalho (2008, 2010); Silvia, Amaral e Ribeiro (2014) e Cadernos de Referência (2013), dentre outros, que fundamentam as análises dos dados e informações obtidas na realização de entrevistas semiestruturadas com sete adolescentes. Com isso foi possível obter embasamento para a compreensão das questões norteadoras desse estudo. Identificam-se projetos de vida profissionais dos adolescentes entrevistados. Percebem-se as influências positivas que o Programa vem exercendo nesse processo de construção, bem como os resultados alcançados, tais como: o fortalecimento da autonomia, o desenvolvimento de potencialidades esportivas e consciência crítica de seus participantes. Aponta-se a insuficiência de políticas públicas municipais esportivas e a necessidade de investimento em projetos sociais voltados a esse público-alvo.

**Palavras-chave:** Adolescência. Projetos de Vida. Programa Brasil Vale Ouro.



## ABSTRACT

Study about the life project of adolescents in the Brazil Vale Ouro Program from the Arari Knowledge Station. It aims to analyze the results achieved by the PBVO, seeking to perceive their contributions and meanings for the process of construction of life projects of the participating adolescents. It begins with a brief socio-historical rescue of this process, from the construction to the concretization of the same. And, in the face of this approach, it focuses especially on adolescence, sports and public policies, highlighting their possibilities of development. Afterwards, it characterizes the municipality, presents the Program, highlighting the fundamental elements of its particularities, contextualizes the field of research and characterizes the profile of seven participating adolescents, weaving some observations, and later unveiling their life projects. This is a bibliographical, documentary and field research, with a theoretical contribution in authors and documents such as: Sóller (2006); Carvalho (2008, 2010); Silvia, Amaral and Ribeiro (2014) and Cadernos de Referência (2013), among others, which base the analysis of data and information obtained in the conduct of semi-structured interviews with seven adolescents. With this, it was possible to obtain a basis for understanding the guiding questions of this study. Professional life projects of adolescents interviewed are identified. The positive influences that the Program has been exerting in this construction process, as well as the achieved results, are perceived as: the strengthening of autonomy, the development of sports potentialities and critical awareness of its participants. It points out the insufficiency of municipal public sports policies and the need to invest in social projects aimed at this target audience.

**Keywords:** Adolescence. Life Projects. Brazil Vale Ouro Program.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Imagem Aérea da E. C. Arari.....	47
Figura 2:	Faixa etária dos adolescentes.....	52
Figura 3:	Localidade dos adolescentes.....	53
Figura 4:	Etnia dos adolescentes.....	53
Figura 5:	Renda familiar dos adolescentes .....	53
Figura 6:	Escolaridade dos adolescentes.....	55

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Equipe multidisciplinar da E. C – PBVO.....	46
Quadro 2:	Patrimônios da E.C Arari.....	47
Quadro 3:	Projeto de vida dos/as adolescentes.....	56
Quadro 4:	Ser/ fazer quando crescer.....	57
Quadro 5:	Você conhece alguém que é/faz isso?.....	58
Quadro 6:	Família dos sonhos.....	59
Quadro 7:	Contribuição da E.C. no desenvolvimento dos projetos de vida.....	59
Quadro 8:	Pretensão pós-encerramento do percurso na E. C.....	60
Quadro 9:	Como você se vê daqui a alguns anos?.....	61

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial  
CF – Constituição Federal  
CND – Conselho Nacional de Desportos  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CRD – Conselhos Regionais de Desportos  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CSD – Conselho Superior de Desportos  
EC – Estação Conhecimento  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FUNDESP – Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos  
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias  
PBVO – Programa Brasil Vale Ouro  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PSB – Proteção Social Básica  
PSF – Programa Saúde da Família  
SUAS – Sistema Único da Assistência Social  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>FATORES CONDICIONANTES E FORTALECEDORES PARA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS DE VIDA NA ADOLESCÊNCIA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>A Família como Espaço de Construção de Valores e Socialização.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>Educação como espaço de transformação social, formação crítica e mobilidade individual.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3</b>	<b>Trabalho: conceituação e dimensão social.....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>ADOLESCÊNCIA, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS: Onde se inserem as possibilidades de desenvolvimento.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>O contexto atual da Adolescência no Brasil.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2</b>	<b>Esporte e Políticas Públicas.....</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>PROJETO DE VIDA DOS ADOLESCENTES NO PROGRAMA BRASIL VALE OURO: Uma análise a partir da Estação Conhecimento de Arari.....</b>	<b>43</b>
<b>4.1</b>	<b>Breve Caracterização do município de Arari.....</b>	<b>43</b>
<b>4.2</b>	<b>O Programa Brasil Vale Ouro e a Estação Conhecimento de Arari: contextualizando o campo.....</b>	<b>44</b>
<b>4.3</b>	<b>Perfil dos adolescentes pesquisados.....</b>	<b>52</b>
<b>4.4</b>	<b>Desvendando o Projeto de Vida dos Adolescentes pesquisados</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
	<b>APÊNDICE I - Instrumental de Entrevista aplicado com os Adolescentes do PBVO-Estação Conhecimento Arari.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta investigativa o estudo sobre o Programa Brasil Vale Ouro buscando perceber quais suas contribuições e significados para a construção do projeto de vida dos adolescentes participantes deste Programa, no âmbito da Estação Conhecimento do município de Arari, Estado do Maranhão. O Programa Brasil Vale Ouro é um programa de esportes de iniciativa da Fundação Vale e tem como implementadoras as Estações Conhecimento.

O tratamento desse tema parte da concepção de que os fatores condicionantes e fortalecedores da estruturação de projetos de vida são: a família, a educação e o trabalho. Tais fatores configuram a existência das chamadas redes de apoio, que permitem a esses adolescentes a vislumbração de um futuro e o seu planejamento, sendo ainda considerados como de suma relevância para a concretização de seus respectivos projetos, em especial nessa etapa da vida.

Partindo desse pressuposto, entendemos que é no período da adolescência que a maior parte dos sonhos, anseios e auto-realizações se constroem. E que, é nessa etapa da vida que a sociedade espera que os adolescentes já estejam com os olhos voltados para seu futuro, uma vez que se tornam freqüentes as tomadas de decisões. Já começam a pensar nos cursos que pretendem fazer, no emprego que almejam e até mesmo na família de seus sonhos.

Mas o que seria um projeto de vida? O que constitui esses projetos? Conceitualmente Sóler (2006, p. 2) considera um projeto de vida de um indivíduo como sendo,

o resultado da elaboração progressiva e da perseguição de uma imagem prévia do futuro a partir do auto conhecimento de seus desejos, fraquezas e potencialidades. Faz parte do projeto, a preparação para uma reorientação sempre que for preciso, afinal, tal como em qualquer projeto, as condições, as premissas e os objetivos que se persegue na vida são mutáveis. Assim, a construção desse projeto será permanente. É um processo constante de busca do “encontrar-se”. Trata-se da descoberta de si próprio – antes de discutir para onde vou, preciso saber onde estou. Trata-se do estabelecimento de objetivos e metas para alcançar os seus sonhos pessoais e também da administração das mudanças que ocorrerão ao longo do caminho.

Já Ribeiro (2010) alerta para uma multiplicidade de sentidos que esse termo possui, fazendo uma ressalva para as duas dimensões que ele envolve:

Existe uma polissemia do termo projeto de vida. Entretanto, podem-se distinguir suas duas dimensões, indissociáveis e de igual importância, em termos de instrumentação, para a relação e construção no mundo: projeto de vida propriamente dito, que tem relação mais direta com a construção da identidade e dos objetivos e expectativas de vida (instrumentação subjetiva); e o plano de ação, que representa um conjunto de ações para atingir um fim (instrumentação objetiva). (RIBEIRO, 2010, p. 121).

Diante dessas observações constatamos que um projeto de vida envolve toda uma preparação, um esforço e também um planejamento. No entanto, é oportuno lembrar que a ausência de um projeto de vida pode relacionar-se à vulnerabilidade dos indivíduos diante do mundo, em virtude das mais diversas influências sofridas, de modo particular, durante a fase da adolescência.

A respeito dessa ausência, Costa e Assis (2006) advertem que a perenidade dos corpos, a exposição a riscos e a falta de confiança na proteção adulta parecem impedir que o adolescente trace planos para o futuro.

Ainda segundo esses autores, vislumbrar o futuro e planejá-lo pode ser visto como fator de proteção por estimular a preservação e o interesse na conquista da felicidade. Riscos frequentes na vida dos adolescentes vinculam-se a uma perspectiva pessoal de futuro frágil ou inexistente, como se a vida não valesse a pena.

Dando ênfase a essa abordagem, convém registrar que os adolescentes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade têm reduzidas as possibilidades de concretização de seus projetos de vida, visto que as condições que podem possibilitar sua realização não estão dadas a priori.

Em meio a esse contexto, emerge uma importante ferramenta de transformação social na vida das pessoas, principalmente na vida de adolescentes e jovens: o esporte. O esporte é uma atividade humana cuja criação tem toda uma historicidade, além de ter sido construído socialmente, trazendo reflexos dos costumes, valores e até mesmo dos modos de produção de uma sociedade.

Estudiosos da área ainda o apontam como meio de formação da cidadania e reconhecem sua significativa contribuição para a reversão do quadro de vulnerabilidade social.

Buscando ampliar esse debate, resgata-se neste trabalho a necessidade de interlocução da prática esportiva com os chamados quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser),

desenvolvidos com bastante propriedade no relatório de Jacques Delors e propostos pela UNESCO.

Esse diálogo é encarado como uma oportunidade para reforçar a compreensão de que a prática educativa representada pelo esporte, nesse contexto, deve ser organizada em torno de quatro aprendizagens fundamentais que serão, de algum modo, os pilares do conhecimento e da convivência ao longo de toda a vida para cada indivíduo.

Colaborando com este pensamento, há que se ressaltar ainda, os estudos Cunha (2007, p. 14) que afirma que esse potencial educativo presente nas atividades esportivas é “mobilizado para desenvolver e formar pessoas capazes de agir com base em princípios éticos e de forma cada vez mais autônoma e transformadora, tanto a nível pessoal como no nível coletivo”.

Conceitualmente, dentro dessa visão de que o esporte pode não só produzir impactos positivos na educação, mas também propiciar o desenvolvimento humano foi idealizado o programa esportivo pela Fundação Vale, intitulado Brasil Vale Ouro (PBVO), no ano de 2011.

O PBVO funciona nas Estações Conhecimento (ECs) como centros irradiadores de vivência e práticas de educação, geração de trabalho e renda, esporte, cultura, convivência e cidadania, priorizando a participação e a inclusão social. As Estações são viabilizadas por meio de parcerias locais com instituições da sociedade civil organizada.

Considerando as características peculiares da Estação Conhecimento de Arari convém lembrar que as reflexões e discussões relacionadas à construção de projetos de vidas dos adolescentes participantes, demandam uma abordagem crítica da realidade vivenciada por eles. Nesse sentido, surgiu o interesse em analisar as mudanças que a implantação do PBVO trouxe para esses adolescentes ararienses que estão inseridos no Programa, com relação à construção de seus respectivos projetos de vida.

Diante do exposto acima, algumas indagações se fazem pertinentes, dentre elas destacam-se: Como o PBVO é desenvolvido nessa cidade? Como se dá esse processo de construção de projetos de vida dos adolescentes participantes do PBVO? Que estratégias de ações estão sendo desenvolvidas? Quais resultados alcançados por esse Programa? Que influência o PBVO exerce na construção do projeto de vida dos adolescentes do município de Arari?



Dessa forma este trabalho se propõe a dar respostas a essas perguntas desenvolvendo a pesquisa vinculada à seus elementos investigativos. Nessa direção, entendemos que este trabalho possui relevância social e acadêmica na medida em que se propôs desvelar anseios, angústias e projetos de vida de adolescentes participantes do PBVO (Programa Brasil Vale Ouro), levantando aspectos relacionados ao processo de intervenção junto a este público, pois a partir da análise e conhecimento do projeto de vida dos mesmos, poderá tecer um diagnóstico de até que ponto esse Programa tem contribuído para o desenvolvimento do projeto de vida dos adolescentes participantes.

A bibliografia foi levantada em trabalhos acadêmicos, como monografia, dissertação de mestrado, artigos em periódicos, livros, revistas, materiais eletrônicos dispostos na internet, tais como: Sóller (2006); Carvalho (2008, 2010) e Silvia, Amaral e Ribeiro (2014). Quanto à análise documental, esta por sua vez, foi realizada a partir do levantamento de leis e decretos que regulamentam o Programa Brasil Vale Ouro e tantos outros documentos elaborados, que lhe dão sustento, tanto em âmbito nacional quanto municipal, como: Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.069/90, Cadernos de Referência (2013) e a Proposta Pedagógica (2013). E, a pesquisa de campo foi realizada na Estação Conhecimento, situada no município de Arari.

Além das referências documentais, a abordagem empírica do objeto envolveu contatos com adolescentes participantes do PBVO nessa cidade. E o recorte centrou-se na seleção de experiências vivenciadas em seu cotidiano, a partir das visitas realizadas na Estação Conhecimento. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a observação direta e a técnica de entrevista semiestruturada com perguntas abertas, que se deu por meio de um roteiro previamente elaborado, aplicado individualmente com sete adolescentes, no período de maio a agosto de 2016; possibilitando a aquisição de informações mais concisas sobre o processo de construção de projetos de vida ali presente.

Para melhor compreensão da proposta desse estudo, o trabalho foi construído em cinco seções, incluindo esta introdução; na segunda foi realizado um breve resgate de todo o contexto sócio-histórico que compreende desde o processo de construção à concretização de projetos de vida na adolescência. E, diante dessa abordagem, na terceira seção, discorre-se especialmente sobre adolescência, esporte e políticas públicas, dando destaque as suas possibilidades de

desenvolvimento. Em seguida, faz-se a caracterização do município de Arari e apresentação do Programa Brasil Vale Ouro, realçando os elementos fundamentais de suas particularidades na Estação Conhecimento, contextualizando o campo de pesquisa e descreve o perfil dos adolescentes participantes que foram entrevistados, tecendo algumas observações, para posteriormente, desvendarmos seus projetos de vida. Por fim, tecemos as considerações finais sobre o estudo realizado, apontando algumas sugestões como o investimento em Programas como esse ou em projetos sociais voltados ao público adolescente.

## **2 FATORES CONDICIONANTES E FORTALECEDORES PARA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS DE VIDA NA ADOLESCÊNCIA**

Para compreender como se dá o processo de construção e concretização de projetos de vida na adolescência é necessário resgatar, neste primeiro momento, todo o contexto sócio-histórico que circunscreve o processo de desenvolvimento de cada um desses fatores condicionantes e fortalecedores para estruturação desses projetos. São eles: a família, a educação e o trabalho.

De início, ressaltam-se especialmente suas diferentes concepções, desde as origens até suas definições no contexto atual, fazendo para isso uma análise histórica.

### **2.1 A Família como Espaço de Construção de Valores e Socialização**

Analisando historicamente sua trajetória de forma breve, podemos constatar que nem sempre a família ocupou espaço central, enquanto foco de objetos de estudos, como tem sido percebido nas últimas décadas. Foi em meio a profundas mudanças ocorridas na sociedade, que esse fator condicionante ganhou maior visibilidade e que de mesmo modo sofreu intensas mudanças, tanto em sua forma estrutural, como em sua dinâmica, diversificando não só suas concepções como também seu papel desenvolvido perante a sociedade.

Os primeiros conceitos apresentam uma abordagem ainda “nativa”, simbolicamente construída, cujo sentido é atribuído por quem a vive, conforme lembra Sarti (2008, p. 26):

Família é algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e resignificada à sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dará significado à sua própria experiência vivida. Ou seja, trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis.

Dando ênfase a essa abordagem de que são através das primeiras experiências vividas em família que os sujeitos vão se desenvolvendo socialmente,

Ferrari e Kaloustian (2010) tratam particularmente da concepção que se tem acerca da família brasileira.

Para esses autores, a família brasileira,

(...) está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência é lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. (FERRARI; KALOUSTIAN, 2010, p. 11).

Já Carvalho (2010) compreende a família em seu sentido mais amplo, considerando-a como instituição mais importante de nossa sociedade.

A família é expressão máxima da vida privada, é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimento, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nos põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertencer a um campo relacional iniciador de relações incluídas na própria vida em sociedade. (CARVALHO, 2010, p. 271).

Sob essa perspectiva há que se ressaltar ainda, os estudos de Neder (2010) que pontua que dentre essas diferentes concepções que a família foi assumindo ao longo dos anos, devemos concebê-la em seu sentido plural, levando em consideração a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira.

Dito isso, o autor conclui que as transformações vividas na sociedade contemporânea também impulsionam as novas configurações familiares. Para Neder (2010) o aumento da expectativa de vida dos indivíduos, é exemplo claro dessa repercussão direta na vida familiar, principalmente daqueles que moram nos grandes centros urbanos.

Entretanto, estudos feitos por Baptista et. al (2008) advertem que o aumento da expectativa de vida dos indivíduos pode até propiciar um maior convívio entre as gerações, mas que essa convivência pode também vir acompanhada por tensões.

Com isso, surge a chamada solidariedade familiar intergeracional, que segundo os autores supracitados,

emerge ainda como um recurso potencial para enfrentar as demandas sociais e econômicas que desafiam a capacidade da família para encontrar

saídas para as questões postas em seu cotidiano. As gerações mais velhas, na pessoa das avós, ganham assim relevância ao integrarem o sistema de apoio e trocas informais na rede familiar. (FAVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p. 15).

Trazendo para o contexto atual, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a redução do número de filhos, o controle da reprodução e as novas tecnologias reprodutivas, também podem ser considerados como fatores contribuintes para essa nova dinâmica familiar.

Alencar (2010) chama atenção para o fato de a família ocupar centralidade no âmbito da sobrevivência material. O autor afirma que as condições de vida dos indivíduos dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, visto que é nela que se articulam diferentes alternativas para que sejam superadas as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho.

No condizente a essas mudanças estruturais na família, Mito (2010, p. 53) destaca que:

Apesar das mudanças na estrutura, a expectativa social relacionada às suas tarefas e obrigações continua preservada. Ou seja, espera-se um mesmo padrão de funcionalidade, independentemente do lugar em que estão localizadas na linha da estratificação social, calcada em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e, principalmente, materno.

Frente a esse direcionamento, no universo simbólico das famílias empobrecidas cabe à mulher o papel de chefe de casa, enquanto o homem o de chefe da família.

Seguindo esse raciocínio, Sarti (2008) enfatiza que o homem corporifica a idéia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Para a mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo.

Convergindo com esse pensamento, Mito (2010) segue dando destaque as funções desempenhadas pelo homem e pela mulher no âmbito doméstico, colocando que a mulher-mãe é responsável pelo cuidado e educação dos filhos e o homem-pai, pelo provimento e exercício da autoridade familiar. Nessa condição percebe-se que o desempenho dessas funções está fortemente atrelado a julgamentos morais, principalmente em relação à figura materna.

Carvalho (2010) expõe que a convivência familiar entre os pobres é garantida a duras penas como estratégia indispensável à sobrevivência material e afetiva. A família nuclear é quase subsumida pela família ampla, formada por conterrâneos. O grupo familiar extenso, o agregado de parentes e conterrâneos, ou a pequena comunidade rural cria vínculos e sistemas próprios que garantem os padrões de reprodução social.

É nesse sentido que as famílias em situação de vulnerabilidade social são objeto de intervenção do Estado, pois necessitam de atendimento para promoção da proteção social que dependem. Porém, esse pensamento não é difundido no contexto das políticas públicas destinadas à família no nosso país.

Com efeito, o Welfare State acaba influenciando a política social brasileira, como colocado a seguir por Carvalho (2010, p. 94):

[...] a política social brasileira absorveu os ventos do “Welfare State” e dos direitos sociais cunhados no mundo ocidental capitalista. Destes ventos resultou um desenho de política social extremamente setorizada, centralista e institucionalizada, elegendo o indivíduo como portador de direitos e elemento central. [...] a proteção do estado privilegiou o indivíduo como portador de direito e não mais os coletivos do tipo família ou comunidade.

De acordo com Takashima (2010) o sentido dado à essas necessidades básicas das famílias pobres são típicos de uma visão biologista tradicionalmente difundida. Por essa razão, deve-se incluir outras visões, que colaborem para o desenvolvimento de sua “auto-estima, de uma relação significativa com os outros, de crescimento da própria competência ou de uma participação na definição do significado de sua vida pessoal e dos demais”. (p. 27).

Diante desse contexto é interessante notar que a família brasileira teve sua atenção no que se refere à agenda das políticas sociais, a uma tendência de compreensão da mesma como sendo algo isolado de seu contexto e dos valores sócio-culturais, com predominância generalizante. (TAKASHIMA, 2010).

A insuficiência do Estado no gerenciamento de políticas voltada às famílias constitui-se num limite, uma vez que:

Abordar e mediar famílias, na tentativa de apoiá-las e fortalecê-las em seu dia-a-dia, através de políticas de atendimento, é o grande desafio, na medida em que se constituem por partes que se relacionam entre si, de forma que uma não pode prescindir da outra. (TAKASHIMA, 2010, P. 80).

As crescentes demandas de proteção social são postas não apenas por “pobres” ou “desempregados”, mas “por uma maioria de cidadãos, que se percebem ameaçados pelos riscos de perderem a segurança advinda de seus tutores modernos: o trabalho assalariado e o Estado”. (CARVALHO, 2008, p. 269).

Com o advento da Constituição Brasileira de 1988 e do ECA/1990, a família é pensada no campo sócio-jurídico. Segundo Carvalho (2008) não era propriamente um olhar sobre a família, mas sim para a criança na família. No art. 226 dessa Constituinte, a família está disposta como “base da sociedade, tem proteção especial do Estado” e, no seu art. 227 reforça-se a convivência familiar e comunitária para a criança.

Carvalho (2010) acrescenta que as atenções na atualidade prestadas à família são extremamente conservadoras, inerciais e só justificáveis no contexto da cultura tutelar dominante. A priorização da família na agenda social envolve necessariamente programas de geração de emprego e renda; rede de serviços comunitários de apoio psicossocial e cultural; complementação da renda familiar.

Para Saraceno (1996) apud Mito (2010, p. 45):

A relação família e Estado é conflituosa desde o princípio, por estar menos relacionada aos indivíduos e mais à disputa do controle sobre o comportamento dos indivíduos. Por essa razão, ela tem sido lida de duas formas opostas. Como uma questão de invasão progressiva e de controle do Estado sobre a vida familiar e individual, que tolhe a legitimidade e desorganiza os sistemas de valores radicados no interior da família. De outro modo, essa relação pode ser percebida como questão que tem permitido uma progressiva emancipação dos indivíduos. Pois, à medida que o Estado intervém enquanto protetor, ele garante os direitos e faz oposição aos centros de poderes tradicionais (familiares, religiosos e comunitários), movidos por hierarquias consolidadas e uma solidariedade coativa.

Segundo Mayall (2010) do ponto de vista das crianças, a família oportuniza um fórum singularmente válido de apoio, aconselhamento e ajuda concreta, em contraste com as agências de “ajuda” mais formais. É nas suas famílias que as crianças têm mais chance de serem levadas a sério como pessoas e de serem ouvidas.

Para isso, a família como espaço de cuidados e afetos é fundamental no processo de escolhas e de construção de projeto de vida dos adolescentes. Ela pode ser catalisadora de projetos mais autônomos quando questiona e abre espaços para reflexão e crítica dos valores da ideologia dominante.

[...] Se a família puder propiciar um espaço para as ações propostas, ela estará contribuindo para que o adolescente assuma um papel ativo como sujeito de seu processo de escolhas e de construção de um projeto de futuro. (KAHHALE; LIEBESNY, 2005, P. 33).

Nessa abordagem, a família é considerada como importante instituição na construção de projetos de vidas. Projetos estes que devem ser construídos coletivamente e paralelos à sua história, de forma que todos percebam de onde vieram e para onde vão, o que gostariam de superar ou criar para o futuro. Conforme Kahhale e Liebesny (2005) muitos desses encontros são agradáveis e acontecem por causa dessa atividade, a qual facilita a construção de alternativas criativas, permitindo a todos os membros se constituírem como sujeitos desse processo de construção.

## **2.2 Educação como espaço de transformação social, formação crítica e mobilidade individual**

Desde a adolescência até a juventude, o jovem torna-se capaz de refletir e de se ver como indivíduo que participa da sociedade, recebendo e exercendo influências, e é este o momento em que sua inserção social acontece. Período esse que pode ser crucial para o seu desenvolvimento pleno como adulto e cidadão, sendo necessários tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem a cada um, experimentar e desenvolver suas potencialidades.

Daí surge o questionamento: “Quais espaços que vêm estimulando a formação de adolescentes autônomos?”. As pesquisas vêm mostrando, que a instituição escolar, principalmente a escola pública, não vem cumprindo esse papel.

De acordo com Dayrell (2005) a escola pouco conhece o jovem que a frequenta, a sua visão de mundo, os seus desejos e o que ele faz fora da escola. No entanto, importa neste trabalho identificar o significado da educação, suas funções, seu papel social, sua influência crítica na vida dos sujeitos, o vínculo entre educação e crescimento econômico e ascensão financeira do indivíduo, para compreender a relação entre educação e projeto de vida.

Para tanto, parte-se do entendimento de que a educação é “um instrumento de manutenção ou transformação social, conforme os pressupostos, os conceitos que a fundamentam e direcionam sua trajetória”. (OLIVEIRA, 2005, p.



4).Por isso sustenta-se a relevância de sintonizar tal entendimento a proposta desenvolvida por Delors (2006), na qual o autor declara expressivamente que:

a educação ao longo de toda vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio em que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade. (DELORS, 2006, P. 106).

Logo, a educação envolve todas as dimensões da vida. Em síntese, Luckesi (1994) a estrutura sob três tendências: a redenção, a reprodução e transformação da sociedade.

Na primeira tendência, a educação assume uma significativa “margem de autonomia”, uma vez que causa interferências, “quase que de forma absoluta, nos destinos do todo social, curando-o de suas mazelas”. Embora, para o próprio Luckesi (1994) este seja um “modo ingênuo de compreender a relação entre educação e sociedade”. (p. 38).

Ainda sobre essa concepção redentora da educação o autor afirma a capacidade que ela tem de redimir a sociedade, quando investe seus esforços em novas gerações “formando suas mentes e dirigindo suas ações a partir dos ensinamentos. Deste modo, elas estarão sendo adaptadas ao ideal de sociedade através da educação”. (LUCKESI, 1994, p. 40).

Na segunda tendência, Luckesi aborda a educação como sendo uma instância inserida na sociedade, que se dedica exclusivamente ao seu serviço. A interpretação da educação como reprodutora da sociedade implica entendê-la como “um elemento da própria sociedade, determinada por seus condicionantes econômicos, sociais e políticos, portanto a serviço dessa mesma sociedade e de seus condicionantes”. (LUCKESI, 1994, p. 41).

Na terceira tendência, a educação como transformação da sociedade é analisada no sentido de que ela tem uma finalidade de projeto social.

Luckesi (1994) coloca que ao passo que a educação transmite valores, interpretação e leitura crítica da sociedade esses elementos são determinantes e condicionantes para o trabalho de transformação da sociedade.

[...] Ou seja, por si, ela nem redime nem reproduz a sociedade, mas serve de meio, ao lado de outros meios, para realizar um projeto de sociedade; projeto que pode ser conservador ou transformador. No caso, essas

tendências não coloca a educação a serviço da conservação. Pretende demonstrar que é possível compreender a educação dentro da sociedade, com seus determinantes e condicionantes, mas com a possibilidade de trabalhar pela sua democratização. (LUCKESI, 1994, P. 48).

Delors (2006) discorre que a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. “[...] A educação deve fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”. (DELORS, 2006, p. 89).

À educação dando resposta ao conjunto de suas missões, deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 2006).

Demo (2007) coloca que a educação é conceito mais rico que conhecimento, porque este tende a restringir-se ao aspecto formal, instrumental, metodológico, enquanto o outro abrange o desafio da qualidade formal e política ao mesmo tempo.

Descreve Motta (2007) que existe uma tendência que reforça e dissemina a idéia de que a educação é um motor de desenvolvimento e de distribuição de renda, é um fator determinante de crescimento econômico, de aumento da produtividade e, mais enfaticamente, de redução das desigualdades sociais e da pobreza.

Emediato (1978) expõe que as escolas são obviamente mais do que organizações educacionais. Constituem entidades políticas, administrativas e econômicas. Na sua totalidade, as escolas não podem ser vistas como entidades meramente espirituais ou culturais, separadas do contexto social e material concreto em que operam.

Analisa Luckesi (1994, p. 78) que a escola nasceu de uma necessidade do próprio processo social, à medida que este se tornou mais complexo. A escola cresceu e ganhou novas estruturas à medida que as sociedades também forma

gerando novas necessidades. Hoje, embora a escola agregue funções supletivas, a sua função essencial continua a ser a de mediar, para as novas gerações, a apropriação da cultura acumulada pela humanidade. A escola é uma instância privilegiada de tradução da pedagogia em prática docente, não porque se queira, mas porque a própria história da sociedade a constituiu assim.

No Brasil, as teorias mais relevantes no plano educacional partiram na época conhecida como nacional desenvolvimento, o que ocorreu nos anos 50. A ideologia do desenvolvimento nacional deveria ser capaz de absolver qualquer tipo de contradição entre os setores da nova estrutura social, oferecendo uma aliança em torno de objetos coletivamente definidos: vencer o subdesenvolvimento, aumentar a produtividade, pacificar as relações sociais e a realização do bem comum; logo, comprometia-se com o desenvolvimento autônomo da nação. (WERRI; MACHADO, 2008).

Segundo Werri e Machado (2008) que nos escritos de Paulo Freire do período do nacional desenvolvimento há uma clara convocação de toda a sociedade à participação no desenvolvimento econômico do país. As transformações almejadas, as quais requeriam a integração do homem brasileiro, confluíam para o desenvolvimento das estruturas capitalistas de produção e não para as transformações destas estruturas. Na teoria educacional de Paulo Freire, a mudança social não é um mero problema de reestruturação organizativa.

A concepção que Paulo Freire tem da mudança cultural acarreta a transformação de toda a estrutura social baseada na transformação dos valores fundamentais. A pedagogia de Paulo Freire é levada a grupos oprimidos na sociedade, especialmente analfabetos, fora das escolas convencionais e se inserindo num movimento de mobilização política orientado para provocar mudanças nas estruturas econômicas e políticas da produção. (EMEDIATO, 1978).

Na pedagogia de Paulo Freire a mudança, segundo a concepção de consciência histórica, representa um processo de transição de um conjunto, já estabelecido, de aspirações, preocupações e valores para um novo conjunto de aspirações, preocupações e valores que aguardam satisfação. A consciência da realidade, a consciência crítica, é para Paulo Freire a consciência da opressão. (EMEDIATO, 1978).

É interessante também a concepção da educação como crescimento econômico e mobilidade individual, ou educar para o mercado de trabalho. A

concepção de educação como mecanismo fundamental de modernização, desenvolvimento, progresso e de superação da pobreza perpassa toda a história do processo de formação da sociedade capitalista, o que indica que se trata de um tipo de relação, entre educação e economia capitalista, que vai se estabelecer nas contradições e nas lutas de classes. A educação, enquanto atividade social centrada no homem e em suas necessidades, subordinada à lógica do capital, exerce as funções de reprodução alienada da força de trabalho e de conformação com a realidade. (Motta, 2007).

Essa concepção de educação com função de mobilidade social segundo Emediato (1978) foi posta em evidência em todos os países capitalistas nos anos 60, mas essa racionalidade só foi usada nos países desenvolvidos.

Segundo Juncken (2005) diversos estudos afirmam a relevância da escolarização na disputa pelo emprego, o que, não garante necessariamente a tão desejada ascensão social. Por exemplo, completar o ensino médio não permite a mobilidade social que os pais projetaram para as trajetórias dos filhos.

Os adolescentes que abandonaram o sistema educacional são penalizados com maiores taxas de desemprego, pela mudança na estrutura de emprego e também pelas menores remunerações que obtêm quando encontram trabalho porque se incorporam prematuramente ao emprego com uma educação incompleta e sem experiência.

Juncken (2005) coloca que a falta de referências escolares e profissionais do adolescente contribui para o descrédito deste quanto à escola em termos concretos de transformação de vida, já que a valorização do estudo parece estar na idealização de um futuro que nunca chega.

No Brasil, os encaminhamentos de política educacional na década de 1990 assumem novos conteúdos e novas funções hegemônicas, que são perfeitamente coerentes com as orientações de estabilização econômica e de reestruturação produtiva, que marcam o deslocamento da ideologia do desenvolvimento para a globalização.

A educação, agora no contexto da mundialização, não é mais um “motor de desenvolvimento do Estado Nacional”, até porque a soberania dos Estados é desmanchada com a ideologia do livre mercado, mas um “meio de potencializar a produtividade e a competitividade entre mercados”. (MOTTA, 2007).

Motta (2007) ainda destaca que a educação para o emprego ou para gerar produtividade ou competitividade não vai ser a solução para a questão social, pois o desemprego, pobreza e desigualdade social são fenômenos imanentes ao modo de produção capitalista.

A educação não pode contentar-se em reunir as pessoas fazendo-as aderir a valores comuns forjados no passado. Deve, também, responder à questão: “viver juntos, com que finalidades, para fazer o quê?”. E dar a cada um, ao longo de toda a vida, a capacidade de participar, ativamente, num projeto de sociedade. O sistema educativo tem, pois, por missão explícita ou implícita, “preparar cada um para este papel social”. (DELORS, 2006, p. 60).

O desenvolvimento da educação permite, de fato, lutar contra um conjunto de fatores de insegurança: desemprego, exclusão social, desigualdades de desenvolvimento entre as nações, conflitos étnicos ou religiosos. O investimento educativo é, assim, uma condição essencial do desenvolvimento econômico e social em longo prazo e deve ser protegido em períodos de crise. (Delors, 2006).

Portanto, como discorre Dayrell (2005) deve-se fazer da escola um espaço de produção de ações, de saberes e relações. É acreditar na capacidade do jovem, na sua criatividade e apostar no que ele sabe e quer saber.

Desse modo, a escola se torna um centro juvenil, (...) um espaço de aprendizagem das regras e vivências coletivas e do exercício da participação. Todos esses são aspectos centrais na construção de identidades positivas e na elaboração de projetos de vida.

### **2.3 Trabalho: conceituação e dimensão social**

Segundo a perspectiva marxiana sobre trabalho, este, pode ser entendido como o poder do homem de transformar a natureza. É o trabalho que funda a esfera social do ser humano, ou seja, o homem transforma a natureza conforme suas necessidades, produzindo e reproduzindo sua existência, relacionando-se com outros homens, tornando-se um ser social. Marx também coloca que é o trabalho que diferencia o homem do animal.

No primeiro volume de O Capital, Marx expressa:

[...] uma aranha desempenha operações que se parecem com a de um tecelão, e a abelha envergonha muito arquiteto na construção de seu cortiço. Mas o que distingue o pior arquiteto das abelhas é o que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem que subordinar sua vontade. (MARX, 2004, P. 298).

Karl Marx, nesse fragmento, explora a concepção do trabalho com algo inerente ao ser humano, porque implica a existência de um projeto mental que determina a conduta a ser desenvolvida para se alcançar um objetivo almejado.

Azevedo (2002) respaldando-se em Marx expõe que este opera um conceito de processo de trabalho em termos das forças produtivas e das relações sociais que as personificam. Na perspectiva marxiana, força de trabalho se refere à capacidade humana de executar trabalho, ou seja, diz respeito ao poder do homem de transformar a natureza; e relações de produção referem-se à organização social e às implicações sociais da produção.

No plano do processo de alienação que o trabalho sujeita o ser humano, a alienação apresenta-se como um processo pelo qual os atos de uma pessoa são governados por outros e se transformam em uma força estranha colocada em posição superior e contrária a quem produziu.

Marx adverte que o termo alienação, é o momento em que o homem, principalmente no sistema capitalista, após transferir suas potencialidades para seus produtos, não os identifica como sua obra. Os produtos não pertencem a quem produziu, com isso são “estranhos”, pois esse trabalhador não pode usufruir o que produziu.

O autor está se referindo ao processo de perda de si mesmo que o trabalhador experimenta em relação ao produto de seu trabalho. Como pode ser melhor explicado no fragmento abaixo:

É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores pra um trabalho cruel e transformam os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores. (MARX, 2004, P. 113).

O trabalho vem sofrendo transformações ao longo dos anos, para Azevedo (2002) a partir do processo de centralização e concentração do capital, fica claro uma série de mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, que implicam profunda reorganização nas relações sociais e reestruturação das forças produtivas.

Outro aspecto relevante a ser levantado diz respeito ao atual modo de acumulação capitalista denominado “acumulação flexível”, esse modelo é baseado em um intenso processo de reorganização do trabalho e de elevação da produtividade, alterando o volume e a estrutura do emprego, estruturando-se em um número de mínimo de trabalhadores, terceirização, etc.

Nesse contexto, o trabalho aparece como uma necessidade, uma sobrevivência, uma condição da existência humana, apesar disso nem todos conseguem um emprego digno, outros nem trabalham e estão em condições precárias, o que condiciona uma exclusão a inúmeros direitos, como a dignidade humana.

Costa (2005) aponta que o trabalho para os adolescentes integrados é projeto: orientação vocacional, escolha do vestibular a ser prestado, da carreira a seguir. Para o jovem em desvantagem, não: o trabalho torna-se o eixo ou o elemento central de sua vida.

O adolescente em situação de vulnerabilidade social vive essa angústia de buscar um emprego como forma de melhorar de vida para inserir-se no mercado de trabalho para custear-se. No entanto, esse desejo é conquista de poucos, porque esse adolescente em vulnerabilidade social, nem sempre possui aparato que permite a conquista desse sonho, pois o sistema educacional ao qual tem acesso em geral, não oferece os recursos necessários e estímulos para uma boa preparação profissional, mesmo que ele queira, porexemplo, fazer um curso profissionalizante, certamente sua família não terá recursos financeiros para inserí-lo.

A origem do trabalho da criança e do adolescente está fortemente ligada à pobreza familiar e sua inserção no mercado de trabalho informal surge como meio de garantir/auxiliar a sobrevivência da família. Cabral (2001, p. 102) expõe que:

Com o salário cada vez mais baixo e o custo de vida cada vez mais alto, as famílias pobres e até as chamadas remediadas adotaram uma das estratégias mais conhecidas para superar as limitações de rendimento

individuais extremamente baixos: o ingresso no mercado de trabalho do maior número possível de membros da família.

Juncken (2005) o sentido do trabalho para o adolescente remete aos valores relacionados à ascensão social e moral, à possibilidade de manter e constituir família, aliado em grande parte à realização profissional. Mas, mergulhando numa infinidade de problemas, cuja causa maior é a carência de recursos e de oportunidades, o adolescente ressalta a importância de estudar e de concentrar sua dedicação e seu esforço na busca pela realização de seu sonho profissional ou de inserção no mundo do trabalho.

Fonseca (2003) coloca que esse momento de iniciação dos adolescentes no mundo do trabalho nem sempre ocorre, necessariamente, no contexto institucional. A grande maioria, segundo ele ressalta, inclusive inicia sua “formação profissional” já durante a própria infância ao qual se denomina por trabalho informal, cujo vínculo não se encontra submetido a nenhum parâmetro jurídico.

Em uma pesquisa feita com adolescentes do Rio de Janeiro entre 11 e 14 anos, verificou-se que as primeiras experiências de trabalho estão associadas ao desejo de ter uma renda própria ou a necessidade de complementar a renda familiar. E na maioria dos casos, estas atividades tinham caráter temporário, estavam localizadas próximas às suas residências e eram informais, não tinham nenhum tipo de registro legal, pelo fato de serem jovens menores de idade. (SOARES, 2010).

O trabalho realizado por adolescentes é uma realidade brasileira devido às condições de extrema pobreza de milhares de famílias do país. E esse mesmo trabalho é regularizado por lei. O ECA (1990), em seu capítulo V intitulado “O direito à profissionalização e a proteção no trabalho”, proíbe o trabalho realizado por adolescentes salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

É exigido para o desenvolvimento do trabalho que este disponibilize de um caráter educativo e pedagógico proporcionando condições para a inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, este Estatuto assegura a esse adolescente, os direitos trabalhistas e previdenciários. A proteção do trabalho é remetida pela legislação especial à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sendo que esta ainda prevê a duração do trabalho, não podendo ultrapassar às oito horas por dia.

Outras questões levantadas no Estatuto referem-se à formação profissional e a inserção no trabalho, as quais que devem levar em consideração a



condição do adolescente como pessoa em desenvolvimento. Todavia, o que se percebe é a existência de muitos adolescentes trabalhando em situação irregular, e que na relação empregado-empregador, prevalece o favorecimento de uma das partes. Onde o empregado subordina-se ao oferecido pelo mercado porque de fato necessita trabalhar, e o empregador, por ter facultativas essas condições de escolher a mão-de-obra, estabelece o valor que quer pagar, lucrado ainda mais com a possibilidade do não pagamento dos encargos determinados pela legislação trabalhista. (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

Ainda a esse respeito, de descumprimento das legislações, também é conveniente registrar os estudos de Cabral (2001):

Embora muitas crianças estejam executando atividades permitidas por normas nacionais e internacionais, um número maior delas trabalha em desacordo com essas normas, executando tarefas antes inerentes apenas a adultos, a troco de um salário irrisório. (CABRAL, 2001, P. 99).

Em uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001-2002, no eixo trabalho, os resultados demonstram que os adolescentes vêem o trabalho não apenas como fonte de renda, mas como algo que os realize e permita um vínculo com a sociedade. Inclusive esta pesquisa faz algumas críticas a forma como o trabalho tem se apresentado em nossa sociedade.

Segundo Pereira(2003), o trabalho para os adolescentes propicia a independência e ajuda a construir experiências para atividades futuras. Entretanto, não percebem que experiências profissionais não vão garantir, de fato, um currículo para enfrentar um possível momento de desemprego. Muitas vezes, o espaço de trabalho pode se tornar um lugar de decepção e desencantamento, demonstrando um fosso entre as aspirações e a realidade.

**3 ADOLESCÊNCIA, ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS:** Onde se inserem as possibilidades de desenvolvimento?

### **3.1 O Contexto Atual da Adolescência no Brasil**

Para Ariés (1981) a adolescência é um processo social. O autor contempla a idéia de que esta fase é um fenômeno cultural inaugurado pela modernidade, sob condições específicas de cultura e de história, fora das quais ela não ocorreria. Nessa abordagem isto significa considerar que a adolescência não é um evento universal ou meramente biológico.

Ainda a respeito da predominância dessas condições culturais, na perspectiva da construção da identidade do adolescente, com mais detalhes, Bezerra (2006, p. 28) expõe que:

Ser adolescente no Brasil do século XXI, principalmente no que se refere aos de classes populares representa, entre outras questões, é conviver com a insegurança e a incerteza. Além da incerteza da idade, se agrega a incerteza das possibilidades e multiplicidades de cenários onde estão as escolhas que terão pela frente, pois ser jovem é prioritariamente uma condição cultural e não apenas condição biológica.

Para Bock (1999) apud Bocca (2009, p.169) a adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, mas um derivado da estrutura socioeconômica. Contudo, para a sociedade faz mais sentido pensar a adolescência como o período que se situa, psicologicamente e culturalmente, entre a infância e a idade adulta, sem especificar uma faixa etária definida.

Já Calil (2003) afirma que a adolescência deve ser entendida como uma construção histórica, que tem seu significado determinado pela cultura e pela linguagem que media as relações sociais, significado este, que se torna referência para a constituição dos sujeitos.

Neste sentido, a compreensão da totalidade constitutiva da adolescência passa não só pelos parâmetros biológicos, como idade ou desenvolvimento cognitivo, mas necessariamente pelo conhecimento das condições sociais, que constroem uma determinada adolescência.

Em seus estudos Calil (2003) segue analisando a adolescência contemporânea como sendo um período de latência social, gerado pela sociedade

capitalista, para justificar o distanciamento do trabalho de um determinado grupo social, provocado a partir das dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, da necessidade de preparo técnico e da ampliação do período escolar.

É na fase da adolescência que o jovem vai desenvolver o seu potencial, e para que esse potencial seja conquistado com êxito, deve-se contar com uma rede de apoio que venha estimular esse desenvolvimento. Por isso, o incentivo a realização de sonhos e projetos se faz de fundamental importância.

Por esse prisma analítico todos os esforços devem ser feitos, tanto em relação à família, quanto à comunidade, à escola e ao Estado. Este último, se dando por meio da implantação de políticas públicas que condicionem a formação de adolescentes com objetivos saudáveis, de modo a garantir qualidade de vida aos mesmos.

Segundo dados do UNICEF no relatório da *Situação Mundial da Infância 2011*, o Brasil possui uma população de 21 milhões de habitantes entre a faixa etária de 12 e 17 anos, o que corresponde a cerca de 11% da sua população total.

Com relação à situação de vida dos adolescentes, cerca de 38% vivem em situação de pobreza, as crianças e adolescentes afrodescendentes são os mais afetados, elevando esse número para 56%. (UNICEF, 2011, p. 7).

Outro ponto importante remetente à educação no relatório do UNICEF, também destaca os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2009 que o analfabetismo entre adolescentes negros de 12 e 17 anos é quase duas vezes maior do que entre brancos. Também ressalta a diferença entre educação no campo e na cidade, expondo a disparidade entre ambos, pois o nível de escolaridade dos jovens entre 15 e 29 anos da zona rural era inferior aos dos adolescentes da zona urbana.

No que diz respeito às diferenças geográficas, a região Sudeste e Sul apresentam os melhores níveis de escolaridade, enquanto que o Norte e Nordeste continuam com indicadores alarmantes. Por isso não se deve pensar a adolescência no Brasil num sentido plural, pois cada região possui sua peculiaridade socioeconômica com essas diferenciações que evidenciam as desigualdades entre Norte e Sul.

No Nordeste o percentual de adolescentes de 15 e 17 anos fora da escola chega a 16% e o percentual da população de 12 a 17 anos não alfabetizada é quase o dobro da média nacional. Na Amazônia Legal Brasileira há cerca de nove milhões

de crianças e adolescentes, destes cerca de dois milhões de adolescentes entre 15 e 17 anos. Ressalta-se que neste território a disponibilidade de serviços voltados a essa população ainda é um desafio a ser superado. (UNICEF, 2011).

Importa destacar que o UNICEF tem publicado um estudo amplo e detalhado sobre adolescentes. A pesquisa ouviu a opinião dos adolescentes sobre diversos assuntos, foram ouvidos 5.280 adolescentes entre meninos e meninas com a faixa etária de 12 e 17 anos.

A pesquisa, *A Voz dos Adolescentes*, tem um total de 51% do sexo masculino e 49 são do sexo feminino. Em relação à etnia 39% se declararam brancos, outros 39% se consideram pardos e como pretos 13%. O núcleo familiar é formado predominantemente por mãe (87%), por irmãos (69%), por pai (66%).

Nos lares em que o pai está presente no núcleo familiar (66%) dos lares, o chefe da família é uma pessoa do sexo masculino, em 74,85%. Percebe-se, portanto, que a chefia da família permanece preponderantemente masculinizada, representada por pais, padrastos, tios, etc. (UNICEF, 2002).

O mercado de trabalho é uma realidade constatada pela pesquisa, segundo consta nos dados de análise, entre os adolescentes entrevistados, 84,4% não trabalham e 12,2% estão no mercado de trabalho.

O Nordeste é a região com maior índice de adolescentes trabalhadores, com o total de 13,2%, entre os que trabalham, predominam os do sexo masculino (64,3%). Em relação à etnia, parte dos que trabalham se consideram pardos (36,7%) e pretos correspondem 16%.

Com relação aos estudos, 93,2% dos adolescentes freqüentam a escola e 6,3% afirmaram não ir à escola regularmente. A região Sudeste e Nordeste tem o maior índice de adolescentes que não vão à escola com regularidade. Entre aqueles que frequentam a escola, 51% são do sexo masculino e 49% do feminino.

### **3.2 Esporte e Políticas Públicas**

Considerando que o nascimento e ascensão das políticas públicas de esporte no Brasil perpassam pelo processo de desenvolvimento do conceito de *desporto* ou *esporte*, bem como pelas regulamentações jurídicas que versam sobre essas políticas em âmbito nacional, convém nesse momento traçar um breve panorama de sua trajetória histórica.

Dentro desses referenciais, essa famosa discussão que gira em torno do uso de ambas as terminologias, sendo frisada nos estudos de Lyra Filho (1973) para quem argumenta que se trata de categorias que são empregadas como sinônimos, mas que no Brasil apesar do uso ser indiferente, predominantemente opta-se pelo termo esporte, embora nas legislações conste o uso do termo *desporto*.

Quanto ao estudo da história do esporte no Brasil, podem ser percebidas variações nas periodizações utilizadas. Tentando justificar essas variações, Bourdieu (1984, p. 137) sintetiza que:

A história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica.

Tomando como ponto de partida o período que decorrem os anos da República, como marco histórico do processo de desenvolvimento do esporte no Brasil, podemos notar que nesta época bem pouco é manifestada a intervenção estatal brasileira a favor do esporte.

Reafirmando essa falta de registro de atividades estatais esportivas, Bueno (2008, p. 93) faz a seguinte análise acerca dessa primeira fase:

(...) a ação do Estado, no nível federal, se limitou a aprovação de regulamentos e decretos versando sobre a implantação de modalidades esportivas em escolas e curso. A literatura consultada não aponta registro de atividades estatais voltadas especificamente ao esporte ou com caráter de política pública para o Setor.

Nesse jogo de interlocuções constatamos que os primeiros passos para a regulamentação do esporte no Brasil foram dados por meio de medidas legais, quando no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940, o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de administrar e manter o controle sobre o setor esportivo, burocratizando seu processo formal por toda a extensão do país.

Como marco desse processo de legalização, podemos destacar a elaboração do Decreto Lei nº 1.212/1939 que culminou com a fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, com vistas a dar início ao processo de formação de profissionais técnicos nessa área.

Passado mais dois anos, foi criada a Lei nº 3.199, em 14 de abril de 1941 que estruturou as bases organizacionais para o esporte em todo o território

brasileiro, que inclusive ficou conhecida como sendo a “primeira lei orgânica do esporte no Brasil”. (MANHÃES, 2002, p. 29).

Essa Lei estabeleceu a formação do Conselho Nacional de Desportos (CND), junto ao Ministério da Educação e da Saúde, atribuindo ao mesmo à responsabilidade de “orientar, fiscalizar e incentivar a prática de desportos no país”. (BRASIL, 1941).

Para cooperar com este Conselho Nacional na realização de suas finalidades, criou ainda os Conselhos Regionais de Desportos (CRD) designando funções consultivas próprias no âmbito de cada Estado ou Território, oficializando assim significativas contribuições para estruturação da área do desporto.

Sobre tais contribuições estruturais, Mezzadri (2003, p. 1) as enumeram basicamente em três, a saber:

Essa lei contribuiu em três pontos básicos de estruturação do esporte: a regulamentação das entidades esportivas, a definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte e a indicação de como administrar as práticas esportivas.

Diante dessas observações, o que se percebe é que nesse período de introdução do esporte em nosso país, o poder governamental brasileiro não provocava, até então, algum tipo de interferência direta nas atividades esportivas. Contudo, é importante deixar claro, que isto não significa dizer que o Estado e o esporte não mantivessem relações, muito pelo contrário, essas relações sempre existiram, porém naquele momento restringiam-se basicamente a seu envolvimento apenas com as classes dominantes.

Envolvendo essas questões de classes, a história do esporte brasileiro passava a partir de agora a direcionar-se para o campo da profissionalização. Sabe-se por outro lado, que embora esse viés profissional também estivesse presente nas outras modalidades esportivas, ele se fazia visivelmente notório especialmente no futebol, expresso pela criação cada vez mais crescente de clubes, assim como também pela ocorrência com maior frequência de vários campeonatos em toda a extensão do país.

Foi com o advento desse viés profissional que se desencadeara nesse momento, que alguns dos clubes passaram a remunerar, ainda que de forma escondida, seus jogadores.

Por conseguinte o interesse do Estado foi sendo despertado, no sentido de propor intervenções que viessem a institucionalizar o esporte, pois até então, a visão que se tinha do esporte volta-se apenas para a atividade lúdica, do amadorismo. Assumindo, nesse primeiro momento uma postura limitada, ao associar-se apenas às atividades de lazer, diversão e distração.

Com a retirada dessa postura lúdica o esporte passara a ganhar um outro espaço nesse momento, transformando-se em uma fábrica de competição, incentivada até mesmo em âmbito internacional. Com o passar dos anos, que foi se tornando uma prática organizada, após ter passado por várias regulamentações.

Ainda sob o viés desse aspecto competitivo, alguns estudiosos avaliam que o esporte foi utilizado pelo Estado, na verdade como mecanismo de projeção externa e de construção da “identidade nós” nacional. Tanto é assim que ele veio a assumir o papel de mediador dessas disputas, assegurando dessa forma, a hegemonia da elite esportiva.

Assim, conforme relata Starepravo (2011, p. 258) em seus estudos acerca dos objetivos do Estado na época “eram utilizá-lo como ferramenta de construção e difusão do nacionalismo e forma de inserção do país no âmbito internacional a partir das competições esportivas”.

Paralelo a esse processo de crescente popularização do futebol e das outras modalidades, o jornalismo esportivo foi conquistando seu espaço na mídia e as colunas esportivas foram obtendo maior visibilidade nos jornais impressos, folhetins e rádio, visando atingir cada vez mais um público seletivo apaixonado pelo esporte.

Tais considerações reforçam o entendimento outrora supracitado de que o futebol além de servir como entretenimento, foi utilizado também como instrumento para a identificação coletiva com o país.

Em razão dessa identificação, o sentimento exacerbado de pertencimento à pátria e a paixão pelo futebol se engrandeciam a cada partida realizada pelo seu “time do coração” nos eventos maiores, o que por ventura ainda se faz presente na atualidade nos anos de Copa do Mundo e de Olimpíadas.

Essa perpetuação é simbolizada mais precisamente no momento em que a seleção brasileira entra em “campo”. A emoção se reflete nos olhos e lábios dos torcedores vibrando ao soar do hino nacional brasileiro “Ó pátria amada, idolatrada, salve, salve...”.

Dando seguimento ao processo histórico de desenvolvimento do esporte brasileiro, pode-se perceber que vai ser somente ao final dos anos 50 (Século XX) que se dá início às primeiras discussões sobre a influência do esporte na educação física.

Como marco desse processo destaca-se a realização da Campanha Nacional de Educação Física, que resultou na publicação de diversos artigos sobre essa temática. Instituída pelo Decreto n.º 43.177/58, a referida Campanha tinha por objetivo “promover as medidas necessárias ao desenvolvimento da Educação Física à sua difusão, ao aperfeiçoamento dos especializados, bem como à instalação de Centros de Educação Física”. (BRASIL, 1958).

Com a ditadura militar, é demonstrado relativo apreço à prática esportiva e o mito do “país grande” passa a ser disseminado por meio dessa aproximação entre o esporte e a educação física. Isso vai ser revelado mais precisamente no teor do Decreto nº 53.741, de 18 de março de 1964.

Reconhecendo a desigualdade do acesso ao esporte e reafirmando o dever do Estado para com o mesmo, tal Decreto se propunha a alterar esta realidade através da criação do Plano Diretor de Educação Física e dos Desportos.

O objetivo principal desse Plano Diretor era não só de reaproximar a prática do esporte à área da educação física, assim também como o de promover o fortalecimento do esporte de alto rendimento dentro da própria estrutura escolar.

Cabe ressaltar ainda que essa articulação entre o esporte e a educação física foi bastante significativa, na medida em que trouxe importantes provocações que resultaram na grande expansão do setor esportivo e em suas mais diversas modalidades.

Ao levar em consideração essa perspectiva de progresso, torna-se válido pontuar as modalidades que obtiveram maior expansão. São elas: o voleibol, a natação, o atletismo, o tênis, o basquete e, evidentemente, o futebol.

Em meio a tudo isso, o número de entidades dirigentes e associações esportivas também obtiveram significativo crescimento, tanto no meio urbano, como no meio rural, estando estas bem organizadas e dispostas inclusive de estruturação física.

Sobre a pretensão de melhor ilustrar esse processo de extensão, Linhales (1996) relata que:



O esporte torna-se presente na cena urbana e, de certa forma, estende-se ao meio rural; adentra os meios de comunicação e a indústria, tornando-se bem de consumo; consolida-se como conteúdo hegemônico da educação física, além de se fortalecer como setor de atuação do poder público em seus diferentes níveis. (LINHALES, 1996, P. 87).

Nesse aspecto, convém registrar que embora essa expansão estivesse sendo apoiada pela estrutura estatal, mais uma vez o acesso a essas práticas esportivas não foram pensados na perspectiva de assegurar o acesso de forma universalizada, e muito menos em direcionar-se se quer às classes trabalhadoras.

O que se pode perceber é que seu intento se dava mais na busca por atender determinados interesses que se voltavam para a privatização desse setor, até mesmo como forma de garantia do desenvolvimento econômico brasileiro, com vistas ao reconhecimento do país enquanto potência de âmbito internacional.

Nesse ínterim algumas medidas de provimento de recursos para o financiamento do esporte foram adotadas. Dentre elas, aponta-se a de maior destaque, que foi a criação da Loteria Esportiva Federal, por meio do Decreto-Lei nº 594/1969. Tal medida instituía a destinação de 30% dos rendimentos para programas de Educação Física e atividades esportivas.

Levando em conta a necessidade de se planejar a aplicação desses recursos, também foi criada outra normativa, nesse caso o Decreto nº 64.905/1969. Do período podemos acrescentar ainda o Decreto Lei nº 705, datado de 25 de julho de 1969, que trata do processo de escolarização da educação física, obrigando a sua prática em todos os níveis da educação brasileira, enquanto componente curricular, inclusive no ensino superior, isso porque anteriormente sua prática limitava-se apenas ao ensino médio.

Em grande medida também não se pode descartar o significativo investimento na disseminação da educação física e do esporte que fora alavancado pela criação de um grupo de trabalho, cujo objetivo principal consistia em desenvolver estudos que viessem a identificar estratégias para a expansão de ambos os setores, educação física e esporte.

Fruto desses estudos foi a elaboração de um documento máster intitulado “Diagnóstico da Educação Física e do Desporto no Brasil”. Este documento funcionou como uma diretriz básica do Estado para a formulação de uma política escolar para o esporte, com ênfase no planejamento, na otimização de recursos, bem como na eficácia e alcance de resultados positivos.

Já nas décadas seguintes, particularmente, com o fim do período ditatorial, o esporte começa a passar por novas ressignificações. Veronez (2005, p. 238) chama a atenção para algumas dessas modificações suscitadas por este documento nesse setor.

(...) Entre elas, podemos destacar a tentativa de modernizar o esporte com a revogação do Decreto-Lei nº 3.199/1941 pela Lei nº 6.251/1975, o ajustamento do conceito de esporte em relação a documentos internacionais a partir da nova organização do setor prevista neste decreto e a definição do Sistema Desportivo Nacional (estudantil, comunitário, militar e classista). Ele também alertou para a precariedade da infraestrutura esportiva nacional e já deixava transparecer a necessidade de eliminar a tutela do Estado sobre o esporte.

Além dessas, uma manifestação que vale a pena ser mencionada em decorrência desse desejo de mudanças foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio da qual o esporte passa a ser reconhecido na perspectiva de direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado, fundamentado pelos artigos 6º e 217º dessa Constituinte.

Os referidos artigos tratam do esporte em suas duas dimensões: formal e não formal, conferindo autonomia às entidades dirigentes e associações esportivas, fazendo recomendação à prioridade da destinação de recursos públicos na área educacional e estabelecendo o direito à proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional, abordando inclusive tantos outros aspectos referentes a todos esses processos.

Em virtude disso, a grande maioria das constituições a nível estadual, bem como as leis orgânicas municipais, de mesmo modo, passa a assegurá-lo também na perspectiva de direito social constitucionalizado.

Com mais detalhes, a década de 1990 foi marcada pelo ideário de modernização do setor esportivo, cuja promessa de “massificação da prática esportiva” não se cumpriu e conseqüentemente acabou reforçando o conservadorismo estatal, no que se refere à possibilidade deste (o Estado) de garantir acesso social por meio do esporte.

As Leis nº 8. 672/1993 e nº 9.615/1998 foram consideradas grandes marcos dessa mesma década, ficando popularmente conhecidas como Lei Zico e Lei Pelé, respectivamente. A Lei Zico foi considerada um grande avanço na nova legislação brasileira esportiva por ter introduzido o rompimento tutelar do esporte

com o Estado. Já a segunda lei, no caso, a Lei Pelé por referenciar a origem dos recursos públicos e privados para o seu financiamento.

Da mesma forma, enseja-se que sejam apontados alguns outros avanços datados ainda dessa mesma década 90, tais como as criações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP), do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), do Conselho Superior de Desportos (CSD) e do Ministério do Esporte.

Foi a partir do ano de 1996, especialmente, que as políticas públicas esportivas de âmbito federal foram formuladas e implementadas e passaram a ser traduzidas em programas. Atualmente o esporte é considerado como fenômeno sociocultural e patrimônio da humanidade. (DARIDO; BARROSO, 2006).

Ainda na tentativa de viabilizar o fortalecimento dessa concepção distinta do esporte, enquanto direito, recentemente um número significativo de estudiosos se dedicou a investigar sobre essas políticas voltadas para a área esportiva.

No entanto convém ressaltar que no universo acadêmico brasileiro, poucas são as produções científicas publicadas, sejam elas de caráter analítico ou crítico que versam acerca dessa temática, e isto se restringe ainda mais quando se refere particularmente à área de financiamento do esporte.

Abordando uma concepção mais ampliada sobre políticas públicas de esporte e traçando um panorama acerca das pesquisas que foram realizadas em nível de Brasil, Silvia, Amaral e Ribeiro (2014) constataram em seus estudos que:

- De um lado, as produções científicas dispõem de uma base com olhar marxista, e de outro, uma produção que destaca os relatos de experiência sem um diálogo com a teoria;
- Escassez de produção científica que discuta a avaliação de políticas públicas, sobretudo a discussão de metodologias para tal procedimento;
- Concentração de grupos de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil na região sudeste, com sete ocorrências; região nordeste, com quatro ocorrências e as regiões centro-oeste e sul, com duas ocorrências cada uma delas;

- Principal tendência verificada foi a predominância de grupos de pesquisa na educação física, seguida da área da educação, além das áreas da sociologia e da administração.

Como podemos notar, os resultados expostos apontam para a necessidade cada vez mais urgente de realização de estudos, pesquisas e publicações referentes a esse campo temático, que busquem a qualificação e consolidação dessa área de conhecimento.

E, mais que isso, essa necessidade pode fomentar uma proposta desafiadora de produção de literaturas baseadas em relatos de experiências, sendo inclusive contributiva para o processo de formação de políticas públicas de esportes que sejam mais realistas em nosso país.

## **4 PROJETO DE VIDA DOS ADOLESCENTES NO PROGRAMA BRASIL VALE OURO**

### **4.1 Breve Caracterização do Município de Arari**

O município de Arari está situado na região da Baixada Maranhense. De acordo com o último censo do IBGE realizado em 2010, a população de Arari está estimada em 28.488 habitantes, numa área territorial de 1084,23 Km<sup>2</sup>. A maioria da população é formada por homens totalizando 14.315, já as mulheres somam 14.173. O Cerrado e a Amazônia são as principais vegetações que abrangem o município. A cidade é banhada pelo rio Mearim. O rio tem seus atrativos naturais, como o fenômeno da pororoca, que caracteriza-se pelo encontro da água doce do rio com a água salgada do mar.

Com o encontro das águas, a cidade ganha uma atração cultural e esportiva, o Campeonato Brasileiro de Surf de Pororoca, realizado pela Associação Nacional de Surf de Pororoca. Durante o campeonato a cidade recebe vários surfistas advindos de toda parte do Brasil e do exterior, culmina com uma exposição e divulgação da cidade pelo Brasil e exterior, trazendo benefícios para a economia e turismo da cidade.

Segundo o IBGE (2013) a administração pública é a principal atividade de participação no PIB da cidade, com 37,44%, serviços com 27,75%. A Indústria aparece com 4,24%, a agropecuária com 26,82%, impostos com 3,75%.

O município de Arari avançou muito na implantação e implementação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social). Nesse cenário os serviços socioassistenciais do município foram sendo implementados contemplando milhares de famílias. Arari conta com os serviços de proteção social básica e especial. O município dispõe de duas unidades responsáveis pela implantação e execução do serviço de proteção social básica, que são os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e um equipamento de proteção social especial, o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Dentro da proteção social básica, por meio dos CRAS são oferecidos os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com grupos de 0 a 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e o grupo de idosos e o Serviço no Domicílio para Pessoas

com Deficiência e Idosas. Dentro da Proteção Social Especial, há os serviços de Média Complexidade, como: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Proteção Social à adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço de Proteção Social Especial (PSE) para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Na área da saúde, todas as comunidades da zona rural são cobertas por uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que conta com uma equipe que desenvolve o PSF (Programa Saúde da Família), a maioria dos médicos que atendem no PSF são do Programa Mais Médicos Brasil. Segundo dados do IBGE, censo 2010 há 12 (doze) estabelecimentos de Saúde. A zona urbana de Arari possui 1 (um) hospital público “Unidade Mista Jorge Oliveira” que disponibiliza das especialidades clínicas (médica, pediátrica e cirúrgica), 3 (três) Unidades Básicas de Saúde (Sede, Coréia e Perimirim), 1 (um) Centro de Reabilitação (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Terapia Ocupacional) e 1 (um) CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). No setor educacional, de acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação, há 71 (setenta e uma) escolas no município, totalizando 6.114 alunos matriculados. Dessas 71 escolas, 5 (cinco) são estaduais e 3 (três) são particulares. Por meio dos recursos do MEC/FNDE o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fornece gêneros alimentícios que são utilizados para o prepara da merenda de todos os alunos.

#### **4.2 O Programa Brasil Vale Ouro e a Estação Conhecimento de Arari: contextualizando o campo**

As Estações Conhecimento são OSCIPs que desempenham o papel de agente articulador de redes sociais locais visando contribuir junto com os outros atores sociais para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades. Dessa forma, a Estação Conhecimento caracteriza-se como um centro de referência local ou regional focado no desenvolvimento humano e econômico.

As OSCIPs são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares para desempenhar serviços sociais não

exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização do Poder Público mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria.

Desde sua fundação, há cinco anos, a Estação Conhecimento de Arari atende a crianças e adolescentes por meio da oferta de modalidades esportivas como futebol, atletismo e natação, bem como de atividades educativas, de proteção social e culturais. Vale ressaltar que o município de Arari é desprovido de iniciativas como esta, não há espaços comunitários e convivência, o que ocasiona uma significativa parte de crianças e adolescentes inseridos em grupos de riscos de sua comunidade.

Desde 2014, atende também a jovens e adultos das comunidades de Bamburral, Bubasa, Escondido, Mata e Muquila por meio do Núcleo Produtivo Rural, que possui um galpão e 17 hectares aráveis, que presta apoio aos produtores em suas propriedades.

Em 2015, o Núcleo disseminou tecnologias como horta mandala, viveiro de mudas, composto orgânico, espiral de cercas, pintura de tinta de terra, biofertilizantes e defensivos naturais. Foram promovidas ainda oficinas comunitárias sobre temas como educação dos filhos, lixo, esgoto, reciclagem de óleo, aproveitamento de frutas da época e produção de doces. Nas comunidades, foram criados campos agroecológicos e hortas comunitárias, além de barracas para comercialização dos produtos.

Como dissemos anteriormente, neste estudo, a pesquisa empírica foi desenvolvida na Estação Conhecimento de Arari, localizada no Povoado Bubasa, Br 222, Km 226. Conhecendo um pouco mais da história do Programa Brasil Vale Ouro, podemos perceber que ele está presente em nove cidades brasileiras, distribuídas nos estados do Pará, Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão. No Maranhão, o PBVO está sendo operacionalizado no município de Arari, por meio do NDHE (Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico de Arari), também conhecido como Estação Conhecimento.

O Programa conta com uma equipe multidisciplinar composta por pedagogo, assistente social, psicólogo, nutricionista, professores, educadores físicos, monitores e instrutores esportivos. Todos os profissionais envolvidos são responsáveis pelo desenvolvimento das mais diversas atividades, como por exemplo: oficinas de convivência e cidadania, oficinas de pedagogia da cooperação e jogos cooperativos, aulas teóricas e práticas de formação esportiva de qualidade,

atividades culturais (teatro e dança), informática e eventos voltados para à comunidade no entorno da Estação. Confira no quadro abaixo:

Quadro 1 – Equipe multidisciplinar da E. C – PBVO

ÁREA	CARGOS	QUANTIDADE
<b>ADMINISTRATIVO</b>	Diretor Coordenador Administrativo e Financeiro Assistente Administrativo Auxiliar Administrativo	4
<b>COZINHA</b>	Auxiliar Serviços Gerais Nutricionista	7
<b>MANUTENÇÃO</b>	Auxiliar de Serviços Gerais Encarregado de Manutenção Predial	5
<b>PORTARIA</b>	Vigilantes	6
<b>LIMPEZA</b>	Auxiliar de Serviços Gerais	4
<b>ESPORTE - BVO</b>	Coordenador do Esporte Professor de Educação Física (5) Instrutor de Educação Física (1) Psicóloga Assistente Social Pedagoga	10
<b>EDUCAÇÃO SOCIAL</b>	Educadores Sociais	7

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Estabelecendo entre essas três dimensões uma relação sistemática, o Programa se intitula a ofertar atividades esportivas qualificadas, priorizando sempre que possíveis crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O público-avo do PBVO são crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos, em especial, os que são residentes dos povoados onde a incidência de trabalho infantil se faz mais expressiva no município.

No que diz respeito à estrutura física, a Estação Conhecimento de Arari conta com um espaço bastante amplo, contando com: 6 (seis) salas de aula, 4 (quatro) salas administrativas, 1 (uma) biblioteca, 14 (catorze) banheiros e vestiários,



1 (uma) piscina semiolímpica, 1 (uma) piscina de iniciação, 1 (uma) pista de atletismo, 1 (um) campo de futebol, 1 (um) anfiteatro, 1 (um) refeitório, 3 (três) alojamentos, 3 (três) salas de almoçarifado, 1 (uma) Estação de Tratamento de Água, 1 (uma) Estação de Tratamento de Efluentes, 1 (um) Galpão rural, 1 (uma) casa de apoio a produtor, 1 (um) módulo profissionalizante, 9 (nove) açudes de criação de peixes, 1 (um) reservatório para captação de água e 1 (uma) portaria. As imagens abaixo demonstram a grande e excelente estrutura física da Estação Conhecimento.

Figura 1: Imagem Aérea da E. C. Arari



Fonte: Arquivo da E.C, novembro de 2016.

A nível de equipamentos a Estação dispõe de diferentes recursos como pode ser observado no seguinte quadro:

Quadro 2: Patrimônios da E.C Arari

PATRIMÔNIOS		
ITEM	LOCALIZAÇÃO	CONDIÇÕES
Armário de ferro 2 portas dim. 0,93x0,39x1,96m	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Monitor LG 14"	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição

CPU 4GB de memória/ 500GB HD Megaware	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
No Break APC 700va/350watts	CPCD/Galpão Oficina	Não Funciona
Mesa em L madeira/aço com 2 gavetas Dim. 1,5x1,5m	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Cadeira de escritório de couro preto	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ar Condicionado KomecoMaxime 18.000 BTU'S	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Mesa Retângular madeira/aço 2 gavetas Dim. 1,2x0,60m	CPCD/Galpão Oficina	Razoável/Avarias
Ventilador Grande Arge com tripé	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge com tripé	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge com tripé	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Arado CRS6 Baldan	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Trator MasseyFerguson MF1100m	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Carro Pipa removível DELN6000 Incomagri	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
TobataYanmar Tc14 Agritech	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Roçadeira RD-1700 Balden	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Arado AF Baldan	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Caçamba removível Cemag	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
FORAGEIRA Nogueira DPM-1	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Furadeira de solo PSH Baldan	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Motoesmeril Moto Mil 2CV	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Compressor de ar Chaperini linha 140 6mpi 70l 1,5hp	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Bebedouro Aqua Gelada 3 torneiras dim. 0,80x1,34m	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge de parede	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge de parede	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge de parede	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge de parede	CPCD/Galpão Oficina	Não Funciona
Ventilador Grande Arge de parede	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge de parede	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Moto Serra Husqvana 288XP	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Roçadeira Husqvana 143R-II	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
FORAGEIRA Nogueira EN-9F3B	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Bebedouro Galão 20lt com pé Karina	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
Aparelho de som Toshiba	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
Impressora HP Deskjet 2546	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
Monitor LG 14"	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição

CPU 4GB de memória/ 500GB HD Megaware	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
No Break APC 700va/350watts	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
Conjunto de 2 Rádios Comunicadores Motorola	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
TV LCD Sony Bravia 50"	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
Ar Condicionado KomecoAmbient 18.000 BTU'S	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
Mesa em L madeira/aço com 2 gavetas Dim. 1,5x1,5m	CPCD/Módulo Profissionalizante	Perfeita Condição
Rack dim. 1,5x0,80 Valdemóveis	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Blu Ray Sony sistema de som 5.1	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
TV LCD LG 29"	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Mesa de Mármore Redonda Com 4 cadeiras dim. 0,80m	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Ventilador Arge de parede	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Conjunto de sofá 3 e 2 lugares	CPCD/Casa do Administrador	Razoável/Avarias
Bebedouro Esmaltec Galão 20l mesa	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Fogão 4 bocas Esmaltec	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Ar Condicionado EletroluxEcoTurbo 12.000 BTU'S	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Cômoda Tubo Arte Móveis 5 gavetas	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge de parede	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Cama Box solt. Eurosono	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Cômoda 5 gavetas/1 porta	CPCD/Casa do Administrador	Razoável/Avarias
Cama Box solt. Eurosono	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Cama Box solt. Eurosono	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Ventilador Grande Arge com tripé	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Ar condicionado Carrier 9.000 Btu's	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Cama Box solt. Eurosono	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Geladeira Consul CRC28FBBNA	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Conj. Parabólica e receptor Elsys	CPCD/Casa do Administrador	Perfeita Condição
Mesa retângular madeira/aço sem gavetas Dim. 1,6x0,74m	CPCD/Casa do Administrador	Mau estado
Mesa retângular madeira/aço sem gavetas Dim. 1,6x0,74m	CPCD/Casa do Administrador	Mau estado
Mesa Retângular madeira/aço 2 gavetas Dim. 1,2x0,60m	CPCD/Casa do Administrador	Razoável/Avarias
Fiat Strada Working 1.4 CabineDuplaano 2012/2013	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição

Guindaste Hidráulico AGI 4.0-7.1/21 Argos Guindastes	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Caminhão Ford F-4000 ano 2014/2015	CPCD/Galpão Oficina	Perfeita Condição
Mesa retângular madeira/aço 2 gavetas Dim. 1,2x0,80m	Administrativo/Financeiro	Razoável/Avárias
Mesa retângular madeira/aço 2 gavetas Dim. 1,2x0,80m	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Mesa retângular madeira/aço 2 gavetas Dim. 1,2x0,80m	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Mesa retângular madeira/aço 2 gavetas Dim. 1,2x0,80m	Administrativo/Financeiro	Razoável/Avárias
Mesa retângular madeira/aço 2 gavetas Dim. 1,2x0,80m	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Impressora HP Laserjet PH02 W	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Impressora Multifuncional MFC- 8912DW Brother	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Ultrabook HP Pavilion 14" core i3 2GB RAM/ 500GB- Fredson	Administrativo/Financeiro	Razoável/Avárias
Monitor AOC LCD 14"- Nizia	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Notebook Sony Vaio 13,3" core i5 4GB RAM/ 500GB- Nízia	Administrativo/Financeiro	Mau estado
No Break Enermax	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Gaveteiro madeira com 3 gavetas dim. 0,48X0,0,42X0,69m	Administrativo/Financeiro	Razoável/Avárias
Gaveteiro madeiras com 3 gavetas ArtMóveis dim. 0,48X0,0,44X0,68m	Administrativo/Financeiro	Razoável/Avárias
CPU lbyate core i7 2GB RAM/ 1TB	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Ultrabook HP Pavilion 14" core i3 2GB RAM/ 500GB- Adriano	Administrativo/Financeiro	Perfeita Condição
Bebedouro Galão 20lt com pé Karina	Administrativo/Financeiro	Razoável/Avárias
Ar condicionado Consul 12.000 BTU'S	Administrativo/Financeiro	Razoável/Avárias
Estante madeira com 2 prateleiras e 2 portas Adequa dim.0,90x0,57x1,33m	Administrativo/Sala de reunião	Perfeita Condição
Armário aço 2 portas Padin dim. 0,47x0,57x1,33m	Administrativo/Sala de reunião	Perfeita Condição
Armário aço 2 portas ArtMóveis dim. 0,93x0,39x1,96m	Administrativo/Sala de reunião	Perfeita Condição
Mesa retângular madeira/aço sem gavetas dim. 1,91x1,00m	Administrativo/Sala de reunião	Perfeita Condição
Ar condicionado Admiral 12.000 BTU'S	Administrativo/Sala de reunião	Perfeita Condição
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,60	Refeitório	Razoável/Avárias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,61	Refeitório	Razoável/Avárias

Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,62	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,63	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,64	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,65	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,66	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,67	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,68	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,69	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,70	Refeitório	Perfeita Condição
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,71	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,72	Refeitório	Perfeita Condição
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,73	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,74	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,75	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,76	Refeitório	Razoável/Avarias
Mesa dupla retângular de refeitório com 4 cadeiras acopladas dim. 1,00x0,77	Refeitório	Razoável/Avarias
Conj. Com 4 lixeiras grandes seletoras	Refeitório	Perfeita Condição
Bebedouro inox 4 torneiras dim. 1,30x0,40x1,50	Refeitório	Perfeita Condição

Fonte: Documentação do Administrativo da E.C Arari, 2016.

Partindo dessa breve caracterização, o próximo tópico se propõe a apresentar o perfil dos sujeitos dessa pesquisa, tomando como parte a representação dos adolescentes participantes do PBVO, tendo por base os dados coletados com sete adolescentes entrevistados. Isto, à primeira vista, pode não parecer tão significativo, no entanto, a partir da sistematização das informações prestadas, prontamente, essa dimensão ganhará fundamental relevância a sua exposição.

### 4.3 Perfil Dos Adolescentes Pesquisados

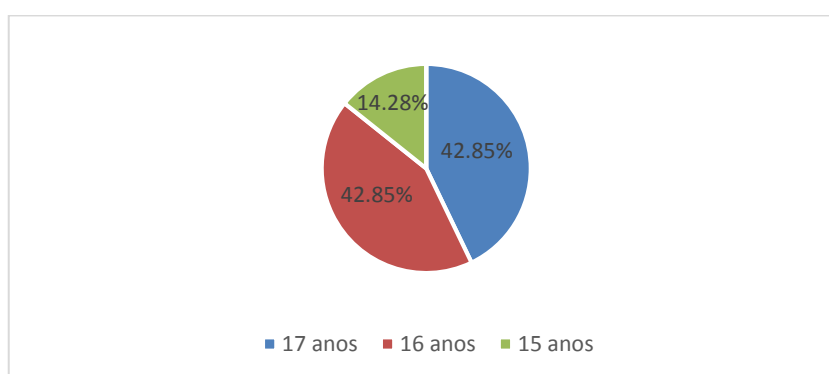
Considerando importante caracterizar os sujeitos da pesquisa, a partir dos dados obtidos por meio das entrevistas pôde-se traçar um perfil bem detalhado acerca de sete adolescentes participantes desse estudo.

Pensando nesses aspectos coletamos dados/informações sobre: o sexo, a etnia, a faixa etária, a renda familiar, a escolaridade, atividades ocupacionais, aspectos culturais, modos de vida, religião, hábitos tabagistas e alcoólicos, uso de drogas e conteúdos de seus projetos de vida, conforme disposto no Apêndice A.A fim de preservar as identidades dos/as participantes desta pesquisa, na análise das informações os/as sete adolescentes serão identificados/as por A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7.

Identificamos que do total de 7 (sete) adolescentes, 90% são do sexo masculino. Este é um dado que representa inclusive a grande maioria das pesquisas já realizadas sobre essa temática, por meio das quais revelam que “o” adolescente é com maior frequência quem mais participa de atividades esportivas.

Todos os/as adolescentes entrevistados declararam ser solteiros e não possuir filhos e tem faixa etária compreendida entre os 15 à 17 anos. Como pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo:

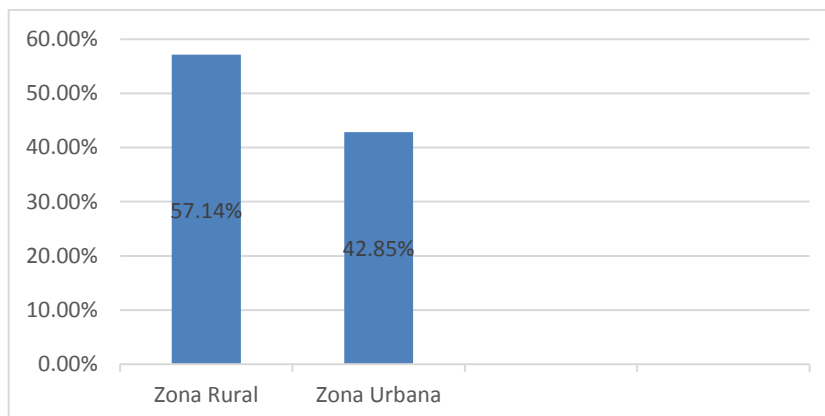
Figura 2: Faixa etária dos adolescentes



Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Quanto à localidade em que moram, podemos notar que um número considerável de adolescentes é oriundo da zona rural, de acentuado grau de vulnerabilidade social, desprovidos de equipamentos sociais de lazer e práticas esportivas.

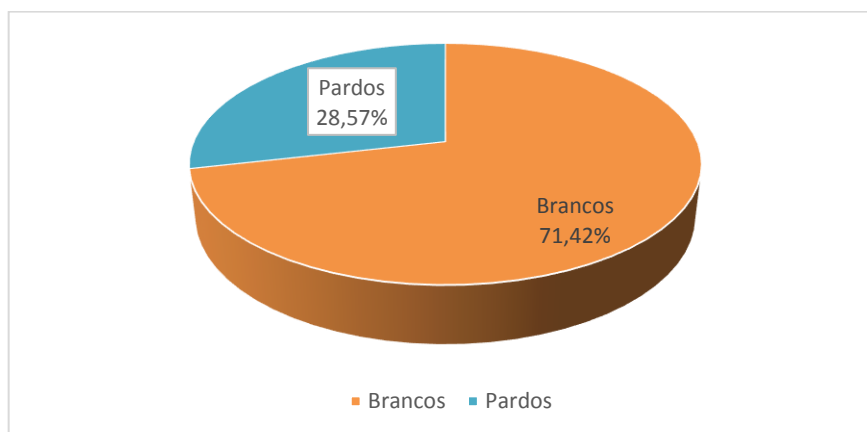
Figura 3: Localidade dos adolescentes



Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

No que diz respeito à etnia, a maioria dos/as participantes se consideraram pardos/as, o equivalente 71,42% do total, outros 28,57% declararam ser brancos/as.

Figura 4: Etnia dos adolescentes

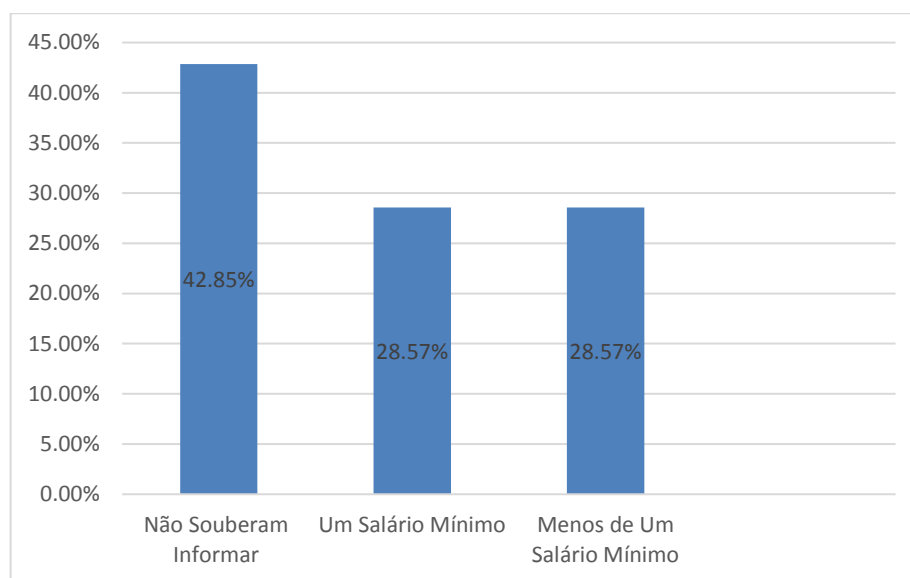


Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Se tratando do caráter familiar desses adolescentes, seus núcleos são constituídos por diversas configurações. Alguns se enquadram constitucionalmente na família mista, onde convivem com outras pessoas que possuem outro grau de parentesco, mas de modo geral ainda predomina a família “tradicional”, mononuclear (pai, mãe e filhos), totalizando 100%. No que se refere ao número de componentes familiares, 72% famílias são compostas por uma média de até 3 membros e a grande maioria se divide entre 5 a 7 membros, significando o total de 28%%.

Ao analisar a renda familiar pode-se perceber que grande parte dessas famílias apresenta uma situação econômica desfavorável. Do total dos participantes, 28,57% vivem com menos de um salário mínimo, 42,85% não sabem informar a renda familiar e 28,57% afirmaram viver com um salário mínimo. Visto com mais precisão no gráfico abaixo.

Figura 5: Renda familiar dos adolescentes



Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

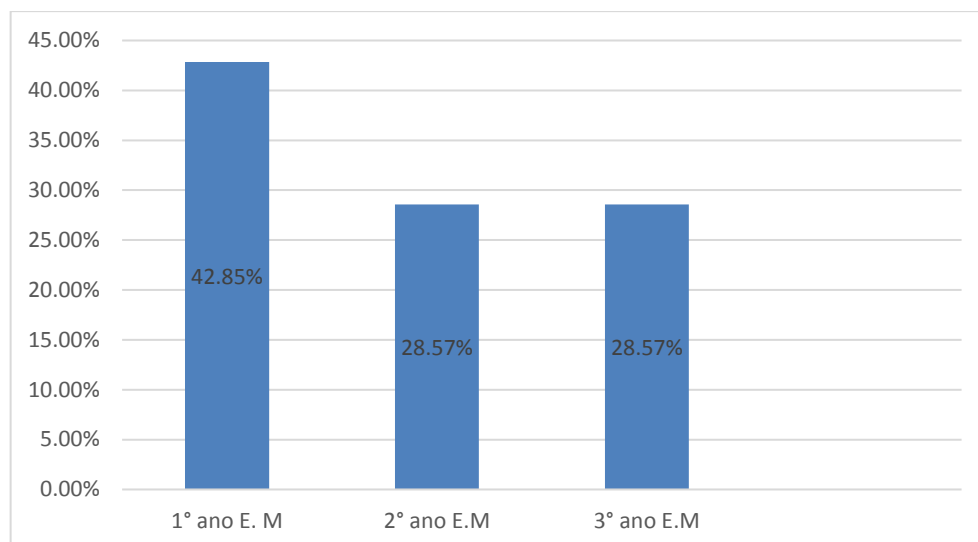
Com relação à escolaridade, podemos notar que apesar de residirem em comunidades distantes, muitas das vezes desprovidas de atenção do poder público, o direito à educação está sendo garantido. Em razão dessa realidade, todos os adolescentes participantes do Programa estão estudando e inclusive esta é uma das exigências: estarem devidamente matriculados e frequentes à escola. O rendimento escolar é monitorado pelo setor de pedagogia da Estação Conhecimento, que realiza visitas periódicas nas escolas municipais e estaduais para acompanhar o rendimento dos beneficiados.

Um ponto que cabe a ser destacado é que todos estudam em escolas públicas e a maioria deles não está com atraso escolar, ou seja, com uma idade muito além da série frequentada. É importante ainda citar que todos estão cursando o Ensino Médio, e desse total a maioria no 1º ano do ensino médio, 42,85%, 2º ano



do ensino médio 28,57% e 3º ano do ensino médio 28,57%. Para figurar esses dados, confira logo abaixo.

Figura 6: Escolaridade dos adolescentes



Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

A atividade ocupacional registra também uma realidade dos adolescentes pobres que cada vez mais cedo ingressam no mercado de trabalho sem ao menos dispor das condições necessárias para seu desenvolvimento educacional. Sabe-se que um grupo significativo desses adolescentes ingressa no mercado de trabalho para dar conta da própria sobrevivência e, muitas vezes, para auxiliar como provedor no orçamento doméstico, o que, com frequência, implica, escolher "entre escola, a qualificação e o trabalho". (TRASSI, 2006).

Nesse aspecto, 71,42% dos adolescentes não estão trabalhando e 28,57% estão trabalhando. Os adolescentes que estão trabalhando são aqueles que apresentaram uma renda inferior a um salário mínimo. Essa é uma realidade de milhares de brasileiros nessa faixa etária que precisam auxiliar na manutenção das despesas domésticas. Um aspecto positivo dessa amostra, se revela no fato desses adolescentes não estarem afastados da escola.

Os adolescentes têm em comum vários aspectos que envolvem o seu cotidiano e modo de vida, como a maioria dos participantes da pesquisa é do sexo masculino, hábitos como jogar futebol, tomar banho no rio/açude/igarapé, soltar papagaio e ir a festas são aspectos comuns a todos os adolescentes, independente

de classe social. Um dado que chamou atenção diz respeito à participação dos adolescentes em algum outro projeto social, pois apenas um adolescente já participou de outros projetos e atividades voltadas para este fim.

O uso do cigarro e da bebida alcoólica é muito preocupante à medida que o uso dessas substâncias provoca efeitos muito nocivos no organismo no sistema nervoso e digestivo da pessoa que usa. Segundo Marques (2010) se tratando de adolescentes os riscos são ainda mais elevados, considerando que estão em processo de mutação orgânica.

Constatamos nesta pesquisa com os adolescentes que felizmente nenhum deles/as tem ou teve contato com alguma dessas substâncias, seja pelo fato da família e/ou namorado/a ser contra ou ainda devido o próprio medo de tornar-se viciado/a.

#### 4.4 Desvendando o Projeto de Vida dos Adolescentes pesquisados

Com o objetivo de compreender o processo de construção dos projetos de vida dos adolescentes participantes do PBVO da Estação Conhecimento Arari, como ponto de partida questionamos a cada um deles: “Qual o seu projeto de vida?”. Recorrendo a essa questão, apresentamos suas respostas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Projeto de vida dos/as adolescentes

ADOLESCENTE	RESPOSTA
A1	“Ser um engenheiro mecânico”.
A2	“Ser um engenheiro mecânico”.
A3	“Terminar os estudos, me formar em engenharia mecânica e ter uma boa família”.
A4	“Meu projeto é me formar e ser um engenheiro ambiental”.
A5	“Conquistar meus ideais na área da educação e do esporte. Ser uma educadora física”.
A6	“Conquistar todos os meus objetivos que tenho em mente”.
A7	“Cursar faculdade de Biomecânica e uma especialização”.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Analisando seus relatos, notamos poucas diferenças nas respostas dadas, pois de uma maneira geral, eles brevemente expuseram projetos de vida profissionais. Esse fato pode ser originário do cenário do município de Arari. A cidade possui apenas uma instituição que oferta cursos técnicos profissionalizantes, já na esfera de nível superior, Arari dispõe de duas faculdades. No entanto, as faculdades existentes retratam um modelo de precarização de ensino, as aulas são ministradas um final de semana por mês.

Identificamos ainda neste primeiro momento, certa falta de clareza na fala de um dos adolescentes (A6) que não soube expressar seu projeto de vida com tanta precisão e objetividade como os demais entrevistados.

Ao serem interrogados sobre o que gostariam de ser/fazer quando crescerem, todos eles foram enfáticos em relacionar a questão dos estudos, pois acreditam que por meio de um curso de nível superior poderão desfrutar de melhores condições de vida futuramente.

Continuando nessa mesma linha de fundamentação, como podemos notar a educação é considerada por eles como sendo uma forma de ascensão e obtenção de um bom emprego, por isso em suas falas é dado ênfase a necessidade da conclusão de seus estudos para alcance tais objetivos pretendidos. Nestes termos, eles respondem que:

Quadro 4 – Ser/ fazer quando crescer

ADOLESCENTE	RESPOSTA
A1	“Eu quero ser engenheiro mecânico porque ganha bem”.
A2	“Ser um bom engenheiro mecânico”.
A3	“Ser um jogador famoso porque pratico futsal e me identifico muito, gosto de jogar”.
A4	“Quero ser um engenheiro ambiental porque eu acho uma profissão muito bonita”.
A5	“Uma profissional de qualidade, formada em Educação Física”.
A6	“Eu acho que vou fazer o curso de Educação Física porque até agora é o meu preferido”.
A7	“Professor de Biomecânica e personaltrainer”.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Sobre o fato de conhecerem alguém que é/faz isso, percebemos que muito deles recebem influências de seus familiares em suas escolhas. Mas, também há casos em que não é ente familiar que exerce tal profissão, esses por sua vez, se espelham em outro alguém já conhecido, com quem tiveram a oportunidade de ter contato com a referida carreira que querem seguir.

De modo geral, o que predomina é o reconhecimento de que para alcançar seus sonhos, eles dependem de si próprio e de uma educação basilar. Percebemos dessa forma, que a educação os impulsiona e encaminha para essa realização, ou seja, é reconhecível por eles o investimento pessoal na formação educacional como determinante de um futuro para que haja uma melhor colocação profissional, conforme nos mostra o quadro abaixo:

Quadro 5 – Você conhece alguém que é/faz isso?

ADOLESCENTE	RESPOSTA
A1	“Não, não conheço ninguém. Mas quero muito ser alguém na vida”.
A2	“Conheço sim”.
A3	“Conheço. Gosto muito de assistir jogo também”.
A4	“Sim, tenho vários amigos que são”.
A5	“Sim, na verdade conheço muitas pessoas”.
A6	“Sim, gosto muito do meu professor de educação Física”.
A7	“Não. Mas sempre foi o meu sonho e da minha família também”.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Quanto aos aspectos familiares, os adolescentes revelaram certo consenso a respeito da importância de suas famílias para que seus desenvolvimentos sejam de fato promissores.

Nessa direção, constatamos que a família de seus sonhos é a própria família que já têm, porém advertem para o desejo por uma vivência em outras circunstâncias financeiras para que possam assim usufruir de melhor qualidade de vida, conforme argumenta um deles. Outros deles, carregam consigo o desejo de construir sua própria família, de ter filhos. Confira no quadro abaixo as respostas condizentes a essa questão.

Quadro 6 – Qual é a família de seus sonhos?

ADOLESCENTE	RESPOSTA
A1	
A2	“A família dos meus sonhos é a minha família mesmo”.
A3	“A que eu tenho. Minha mãe, minha irmã, minha avó e minha tia”.
A4	“A família que eu tenho, pois tudo que quero, eles tentam realizar”.
A5	“A minha própria família, meus filhos”.
A6	“É a minha família, mas queria que todos tivessem um desenvolvimento e que não passassem dificuldades financeiras”.
A7	“Uma família bem desenvolvida que não seja desestruturada”.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

No que se refere particularmente à contribuição da Estação Conhecimento Arari no desenvolvimento de seus projetos de vida, todos os adolescentes reafirmaram a colaboração do PBVO, dando destaque, sobretudo ao empenho dos profissionais que ali trabalham, pois segundo eles, os profissionais colocam-se estão sempre a disposição de todos. Suas falas ainda corroboram para o entendimento de que tais profissionais fazem esse acompanhamento desde a primeira etapa desse processo de construção de seus projetos de vida, alertando-os sempre que necessário para as oportunidades em relação ao futuro. Conforme mostra com mais detalhes o quadro a seguir:

Quadro 7 – Contribuição da E.C. no desenvolvimento dos projetos de vida

ADOLESCENTE	RESPOSTA
A1	“Sim. A Estação tem contribuído muito”.
A2	“Com certeza a Estação contribui com nosso futuro”.
A3	“Eu acho que sim”.
A4	“A Estação está mostrando pra gente metade do caminho para o nosso percurso, mostra que ainda temos muito a estudar”.
A5	“Sim, porque se não fosse a Estação eu não teria informação suficiente para o meu saber profissional”.

<b>A6</b>	“Sim, a Estação contribui com nosso conhecimento, mostra caminho para nossos sonhos”.
<b>A7</b>	“Sim a Estação contribui, é muito boa”.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Atentando-nos a uma situação posterior a este momento de participação, questionamos quais seriam suas pretensões após o encerramento de seus respectivos percursos na Estação Conhecimento Arari. Confira no quadro abaixo seus relatos:

Quadro 8 – Pretensão pós-encerramento do percurso na E. C.

<b>ADOLESCENTE</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>A1</b>	“Quero trabalhar lá fora”.
<b>A2</b>	“Continuar realizando muitos outros sonhos que tenho”.
<b>A3</b>	“Quando sair daqui eu quero fazer uma faculdade também”.
<b>A4</b>	“Seguir para um novo caminho que tô só começando aqui”.
<b>A5</b>	“Continuar meu trabalho, me formar e assim ser feliz”.
<b>A6</b>	“Pretendo vim visitar e convidar mais pessoas para que elas possam vim para Estação porque aqui é muito bom”.
<b>A7</b>	“Quero me formar”.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Como vimos, o trabalho aparece em suas falas enquanto fator fundamental para a promoção de seus crescimentos e reconhecimentos na sociedade, muito embora para alguns não seja apresentado como um objetivo futuro, e sim como uma realidade provocada pelas condições desfavoráveis em que vivem.

Por fim, quando questionados sobre como se vêem daqui a alguns anos, uma minoria demonstra dúvidas em qual sentido deve responder. Apesar de haverem relatos mais imediatistas, como a ambição por um trabalho para ganhar dinheiro, é possível também percebermos o entusiasmo daqueles que possuem objetivos mais alinhados em longo prazo, que planejam seu futuro de forma estratégica. Veja no quadro abaixo.

Quadro 9 – Como você se vê daqui a alguns anos?

ADOLESCENTE	RESPOSTA
A1	“Me vejo muito bem de vida. Quero um emprego”.
A2	“Um grande engenheiro mecânico”.
A3	“Sei que vou está mais velho, por isso me vejo com minha própria família, minha esposa e meus filhos e ter um emprego”.
A4	“Me vejo um dos melhores atletas que a Estação começou a formar. Quero ser famoso”.
A5	“Vou está já formada, com uma boa renda e uma família saudável”.
A6	“Me vejo já com uma faculdade, formado”.
A7	“Bem estruturado de preferência”.

Fonte: Organizado pelas autoras, 2016.

Em suma, podemos perceber que os resultados aqui apresentados revelam que os adolescentes possuem uma auto-estima elevada, isso se faz notório quando alguns deles verbalizam claramente seu sonho de futuro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desse estudo, o conjunto dos dados apresentados e analisados na pesquisa de campo, cujo alicerce foi dado pelos aportes teóricos contemplados nas seções anteriores, nos permite considerar que é impossível analisar as contribuições e significados do Programa Brasil Vale Ouro para o projeto de vida de seus adolescentes participantes, sem antes contemplar o contexto sócio histórico que compreende o processo de estruturação de projetos de vida na fase da adolescência.

Nesse sentido, na segunda seção foram traçadas breves considerações acerca dos fatores condicionantes e fortalecedores que perpassam essa estruturação, refletindo criticamente sobre cada um deles: a família, a educação e o trabalho. Na perspectiva dessa análise, tratamos especialmente sobre as diferentes concepções de tais fatores, desde suas origens até suas definições no atual contexto, fazendo para isso uma análise histórica dessas três categorias.

Seguimos para a terceira seção discutindo a relação adolescência, esporte e políticas públicas, dando destaque à inserção das suas possibilidades de desenvolvimento. Nesse momento, focamos nossa atenção para o atual contexto da adolescência no Brasil, trazendo diagnósticos de pesquisas realizadas pelo UNICEF em nível mundial que aborda a questão do nível de escolaridade dos adolescentes e outra a nível nacional intitulada *A Voz dos Adolescentes*, que trata sobre a inserção desse público no mercado de trabalho. E, em meio aos resultados expostos, podemos perceber que a articulação entre o esporte e as políticas públicas foi nitidamente se entrelaçando e se fazendo cada vez mais necessária.

Assim, encerramos esta seção defendendo a necessidade de estudos mais aprofundados na área de conhecimento do esporte, que possam fomentar propostas contributivas para a formulação de políticas públicas em nosso país nessa área, especialmente para esse público-alvo: adolescentes.

Dando continuidade, a partir do estudo realizado na pesquisa empírica, apresentado ao longo da quarta seção, iniciamos caracterizando o município de Arari, na tentativa de conhecer a realidade local e os serviços ofertados pelo poder público federal, por meio do Ministério do Esporte via Lei de Incentivo ao Esporte e pela iniciativa privada, por meio da Vale no enfrentamento aos principais problemas



que atingem os cidadãos ararienses, de modo especial, assuas crianças e adolescentes.

Nessa direção, constatamos que a incidência de trabalho infantil e apresenta de forma ainda mais acentuada, na zona rural do município. Podemos perceber que isso acontece por razões diversas, e que na maioria das vezes, é para contribuir com a renda da própria família.

Em se tratando ainda dessa questão, verificamos que os fatores que contribuem, não são isolados, e dentre eles, podemos apontar a própria insuficiência de políticas públicas do poder público municipal que busquem por estratégias para sua erradicação.

Em decorrência dessa realidade foi que a Estação Conhecimento Arari, desenvolveu o Programa Brasil Vale Ouro, com a oferta de modalidades esportivas, oficinas pedagógicas e atividades complementares, dando prioridade a inserção de crianças e adolescentes que se encontravam em situação como essa, de risco e vulnerabilidade social.

Com o intuito de respondermos as questões norteadoras desse estudo e conhecer os sujeitos da pesquisa, realizamos a análise dos questionários aplicados durante as entrevistas. Considerando as colocações dos adolescentes entrevistados, a priori podemos notar que os projetos de vida dos adolescentes são essencialmente profissionais, mas com vistas à realização pessoal. “Ser feliz” é uma das expressões usadas por um dos entrevistados.

Dentro desse contexto, podemos verificar que esse processo de construção de seus projetos de vida é mediado por profissionais de diferentes áreas que atuam na Estação Conhecimento, aos quais alguns dos adolescentes inclusive se espelham, como por exemplo, o caso do adolescente que pretende tornar-se educador físico.

Por outro lado, não podemos negar a contribuição dada por seus familiares e conhecidos, que assim como os profissionais da Estação, de mesmo modo, também exercem fortes influências sobre as formas de sentir, pensar, agir e ser desses adolescentes.

Aliado a esse fator, damos destaque as contribuições dadas pelas oficinas de convivência e cidadania e das ações desenvolvidas pelo setor pedagógico e do serviço social, desenvolvidas no Programa, enquanto importantes

ações estratégicas para oportunizar a esses adolescentes, a ampliação desse repertório de escolhas pessoais e coletivas.

O fato de encontrarmos nas falas dos adolescentes o anseio pela conquista de melhores condições de vida, expressado no desejo de ter um bom emprego e de construir sua própria família nos faz acreditar nas influências positivas que o Programa vem exercendo nesse processo de construção de projeto de vida desses adolescentes.

O investimento no desenvolvimento de suas potencialidades esportivas para que esse futuro desejado possa de fato vir a ser concretizado, é exemplo claro de que o Programa tem alcançado resultados positivos.

Entendemos que de forma mais ampla, o Programa não colabora só para a formação de atletas com alto rendimento, como citado na fala de um dos entrevistados que fora avaliado nesta condição, mas, sobretudo para o alcance da própria autonomia do participante, uma vez que este passa a se posicionar de maneira crítica diante do meio em que vive.

Sob essa perspectiva, reconhecemos que mesmo diante de todas as dificuldades vivenciadas por esses adolescentes, seja no seio familiar, na escola ou na sua comunidade, de ordem financeira ou não, seus sonhos do presente são alimentados diariamente por todos esses atores sociais com os quais se relacionam. E ao oferecer oportunidades efetivas como estas para seus participantes, o PBVO vem fortalecendo essa autonomia e formando cidadãos.

Concluimos esse estudo com a certeza de que o poder público municipal de mesmo modo poderia investir em programas como esse, ou desenvolver outros projetos sociais que contemplem esse público. Acreditamos na verdade que esse é seu dever, definir ações prioritárias para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes outrora previstos no ECA e prever recursos em seus orçamentos para a implementação dessas ações, muito embora infelizmente não seja uma realidade vivenciada pela grande maioria dos municípios maranhenses.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A. et. al. (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de. **Relações entre processo de trabalho e subjetividade: um tema em questão**. In: Temporalis. Brasília: ABEPSS, nº 6, 2002.

BOCCA, Marivania Cristina. **Ato Infracional na Adolescência: Um Fenômeno Contemporâneo**. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/saude/article/view/3021>. Acesso em: 07 de dez de 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Como é possível ser esportivo?** In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069. De 13 de julho de 1990.

BUENO. LUCIANO. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. São Paulo, 2008.

CABRAL, Grazielle. **O trabalho Infantil Urbano**. In: Revista Jurídica da UNIRONDON. Nº 02. Cuiabá, 2001, p. 97-106.

CALIL, Maria Izabel. **“De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito”**. In: OZELLA, Sergio (Org.). **Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brand de. **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio; ASSIS, Simone Gonçalves de. **Fatores Protetivos a Adolescentes em Conflito com a Lei no contexto socioeducativo**. Disponível na internet em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822006000300011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822006000300011&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 12 de fev de 2015.

CUNHA, Beatriz Zacchi da. **A Inclusão da Criança em Projetos Sociais de Educação pelo Esporte**. Monografia de Conclusão de Curso de Licenciatura de

Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2007. Disponível em:  
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/39/monografia%20beatriz%20Ocunha.pdf?sequence=3> Acesso em 13 de dez. 2015.

DARIDO, S.C.; BARROSO, A.L.R. **Escola, Educação Física e Esporte:** possibilidades pedagógicas. Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, v.1, n.4, p. 101 – 114, dezembro, 2006.

DAYRELL, Juarez. Por uma pedagogia da juventude. In: **Onda Jovem**. São Paulo, Instituto Votorantim, nº 01, mar. 2005.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. 11ª ed. São Paulo: Papirus, 2007.

EMEDIATO, Carlos Alberto. **“Educação e Transformação Social”**. In: Análise Social, nº 54, pp. 207- 217. Lisboa, 1978. Disponível na internet em:  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223988831F4kNP5ba1Hw59NP3.pdf>.  
Acessado em 5 de out de 2015.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras (orgs). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados:** Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. - 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNCKEN, Elaine Teixeira. **Juventude Pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

KAHHALE, Edna Peters; LIEBESNY, Bronia. **Escolhas em família**. In Revista Onda Jovem. São Paulo. Edição 1, março-junho de 2005. Disponível em:  
<http://www.ondajovem.com.br/acervo/1/escolhas-em-familia> Acesso em: 8 de set de 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de esportes no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 244 p.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. 1 ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MAYALL, Berry. “Relações geracionais na família”. In: MULLER, Fernanda (Org.). **Infância em Perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010.

MEZZADRI, Fernando Marinho. O Esporte no Brasil entre as décadas de 30-50 e suas influências no desenvolvimento do esporte no Estado do Paraná. In ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.234.pdf> Acesso em 17 de dez de 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **A Questão da Função Social da Educação no Novo Milênio**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível na internet em: <http://www.senac.br/BTS/332/artigo-3.pdf>. Acesso em 5 de dez de 2015.

NEDER, Gizlene. “Ajustado o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil”. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **O Estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 80. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Maria Gabriela dos Santos. **Adolescentes trabalhadores: a construção de sentido nas relações de trabalho**. In: OZELLA, Sergio (Org.). **Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO, M. A. **A influência psicossocial da família e da escola no projeto de vida no trabalho dos jovens**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2010, p. 120-130. SARTI, Cynthia Andersen. “Famílias enredadas”. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SOARES, Alexandre B. **Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios.**São Paulo: Cortez, 2010.

SÓLER, João Humberto Mazini; SÓLER, Alonso Mazini. **Gerenciando o seu Projeto de Vida.** 2006.Disponível na internet em:  
<http://www.meuprojetodefuturo.com.br/downloads/artigo.pdf>. Acesso em 15 de jan de 2015.

TAKASHIMA, Geney M. K. **O desafio do Serviço Social na construção da cidadania-criança, adolescentes e família.** Revista Katálysis. Florianópolis: Editora da UFUSC, 2010. P. 34.

WERRI, Ana Paula Salvador; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A Função Social da Educação para Paulo Freire.** Disponível na internet em:  
[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2008/pdf/r058.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/r058.pdf). Acesso em 14 de out. de 2015.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988.** Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

## **APÊNDICE I - instrumental de entrevista aplicado com os adolescentes do PBVO-Estação Conhecimento Arari**

### **1 Dados sócio demográficos**

Nome:

Sexo:

Etnia:

Estado civil:

**2 Geral:** *Qual seu projeto de vida?*

### **3 Atividades**

**3.1** Você trabalha ou já trabalhou?

#### **3.2 Sim**

**3.3** O que você faz?

**3.4** Onde?

**3.5** Por que você trabalha?

**3.6** Quanto você ganha, por dia, fazendo isso?

**3.7** Além do trabalho, você faz alguma coisa para ganhar dinheiro?

**3.8** Tem carteira assinada?

**3.9** O que faz com o dinheiro que ganha?

#### **Não**

**3.10** Se você não trabalha, como faz para obter dinheiro?

**3.11** Você não trabalha por quais motivos?

**3.12 Futuro:** *O que você gostaria de fazer/ser quando crescer?*

**3.13** *Por que você gostaria de ser/fazer isso?*

**3.14** *Você conhece alguém que é/faz isso?*

**3.15** *O que precisaria ser feito para você conseguir isso?*

### **4 Educação**

#### **Sim**

**4.1** Onde você estuda?

**4.2** Em que série você está?

**4.3** Você estuda em que tipo de ensino, regular ou supletivo?

**4.4** O que você mais gosta na escola?

**4.5** O que você não gosta na escola?

**4.6 Futuro:** *Você pretende continuar estudando? Por quê?*

**4.7** *Até que idade você pretende estudar?*

**Não**

- 4.9 Você já estudou? Onde?  
 4.10 Até que serie estudou? Por quê?  
 4.11 O que precisaria ter na escola para você voltar a estudar?  
 4.12 O que você mais gostava na escola?  
 4.13 O que você não gostava na escola?  
 4.14 ***Futuro: Você pretende começar/voltara estudar? Por quê?***  
 4.15 ***Qual a importância da educação para você?***

**5 Família**

- 5.1 Adolescente-Onde você mora?  
 5.2 Quem faz parte da sua família?  
 5.3 Quem trabalha na sua família?  
 5.4 Qual atividade exercida?  
 5.5 Qual a renda familiar?  
 5.6 Qual o papel desempenhado pela família para você?  
 5.7 Como a família enfrentou a situação do ato infracional?  
 5.8 Como vem sendo seu acompanhamento pela família durante sua permanência na EC?  
 5.9 Qual é a família de seus sonhos?

**6 Aspectos Culturais e Hábitos de vida**

O que faz durante o dia:

- ( ) pratica esporte. Qual? \_\_\_\_\_  
 ( ) frequenta festas.  
 ( ) assiste televisão  
 ( ) solta papagaio  
 ( ) vai a praia  
 ( ) estuda em escola regular  
 ( ) participa de projeto social. Qual? \_\_\_\_\_  
 ( ) frequenta a rua

**Hábitos de vida:**

( ) Tabagista ( ) Etílico ( ) Não bebe/não fuma ( ) Jogo clandestino

Algum problema de saúde: ( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

Uso de drogas: ( ) não usa ( ) injetáveis ( ) orais ( ) inaláveis



Frequência no uso: ( ) já usou e parou ( ) continua usando

Usa atualmente pelo menos uma droga. Por qual motivo usa?

- ( ) não sei
- ( ) acha legal, gostoso e divertido
- ( ) para se sentir mais solto (desinibido)
- ( ) para se sentir mais forte, poderoso e corajoso
- ( ) porque é fácil conseguir
- ( ) porque os amigos usam
- ( ) para esquecer a fome, o frio
- ( ) para esquecer as tristezas (coisas ruins)
- ( ) outro. \_\_\_\_\_

Usava e não usa mais nenhuma droga (ilícita) atualmente. Por qual motivo parou de usar?

- ( ) não sei
- ( ) família é contra
- ( ) amigos, namorado(a) são contra
- ( ) por causa da religião
- ( ) por medo da polícia
- ( ) por causa da saúde
- ( ) medo de viciar
- ( ) usou ou passou mal
- ( ) outro. \_\_\_\_\_

Nunca usou qualquer droga ilícita. Por qual motivo nunca usou?

- ( ) não sei
- ( ) família é contra
- ( ) amigos, namorado(a) são contra
- ( ) por causa da religião
- ( ) por medo da polícia
- ( ) por causa da saúde
- ( ) medo de viciar
- ( ) usou ou passou mal
- ( ) outro. \_\_\_\_\_

Idade que usou pela primeira vez? \_\_\_\_\_

Tipo de droga que usa no momento? \_\_\_\_\_

Caso de droga/álcool na família? ( ) não ( ) sim.

Parentesco: \_\_\_\_\_

**7.4 Você acha que a Ec tem contribuído no desenvolvimento do seu projeto de vida?**

**7.5 O que pretende fazer encerrado seu percurso na EC?**

**7.6 *Futuro: Como se vê daqui alguns anos?***